

TELECOMUNICAÇÕES

Novas tecnologias
exigem mudar a lei

ELEIÇÕES 2018

Eleitores indecisos e
pessimistas, diz pesquisa

SESI

Trabalho mais seguro
com o programa *Viva+*

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 25 | Agosto 2018

EM DEFESA DE QUEM PRODUZ

CNI CELEBRA 80 ANOS DE HISTÓRIA,
COM DIÁLOGO DEMOCRÁTICO E
PROMOÇÃO DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

INDO MAIS LONGE,

MAIS RÁPIDA E COM

MAIS FACILIDADE.



A **Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB)** atua para reduzir o tempo e os custos do comércio exterior e ampliar o acesso dos produtos e investimentos brasileiros no mercado externo. A CFB reúne associações setoriais, sindicatos e federações de indústrias para promover melhorias na política comercial do Brasil.

Saiba mais:

www.cni.com.br/assuntosinternacionais

f /cnibrasil

t /cni_br

ig /cnibr

yt /cniweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

Há 80 anos, o Brasil era um país de aproximadamente 40 milhões de habitantes, matriz econômica rural e vivia a ditadura varguista do Estado Novo. Hoje, somos mais de 200 milhões de brasileiros, temos uma economia diversificada, com polos industriais de ponta e um sistema político que tem enfrentado grandes desafios, mas que preserva os princípios básicos da democracia representativa. Testemunha dessas transformações, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) completa, em agosto de 2018, oito décadas de atividade institucional, defendendo os interesses da indústria nacional e promovendo o desenvolvimento regulatório do país.

Além da CNI, outras entidades industriais prestam uma colaboração estrutural à sociedade brasileira, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), que têm ações complementares no âmbito da formação e capacitação profissional, no incentivo à inovação, na educação e na proteção e saúde do trabalhador. Além disso, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) tem como foco de atuação preparar as empresas para um contexto de competitividade e excelência corporativa. Juntas, essas entidades formam o Sistema Indústria, um robusto conjunto de instituições de representação e atuação setorial.

A defesa de interesses junto aos Poderes do Estado em Brasília tem sido o eixo do trabalho da CNI, sempre apoiado em extensa e minuciosa documentação técnica, seja no âmbito econômico ou jurídico. O resultado tem sido conquistas importantes, como a reforma trabalhista ou a extinção da exclusividade da participação da Petrobras na exploração do pré-sal.

Nestas eleições, a entidade já deu uma importante contribuição ao processo eleitoral ao reunir seis presidenciáveis em evento com empresários e representantes do setor em Brasília. A partir do ano que vem, a responsabilidade se renova com a retomada do diálogo com o Executivo e o Legislativo em busca de reformas que aumentem a competitividade da indústria nacional e criem um ambiente mais favorável aos negócios, com menos burocracia e maior segurança jurídica.

Além da reportagem de capa, que relembra momentos marcantes dos 80 anos da CNI, esta edição também trata, entre outros temas, da urgente atualização da lei de telecomunicações no país – que ficou defasada após as transformações tecnológicas dos últimos 20 anos –, das fracassadas negociações entre o Mercosul e a União Europeia e das iniciativas do Sesi, que vêm aprimorando a segurança do trabalhador industrial brasileiro.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Sandro Lima e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Esteban Pinilla e Gabriela Assreuy; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>
<https://www.youtube.com/user/cniweb>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>
<https://www.linkedin.com/company/senai-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO



CAPA



TELECOMUNICAÇÕES



GIRO BRASIL

Os marcos da CNI em oito décadas de trabalho pela valorização do setor produtivo

8

FOTOGRAFIAS

Imagens registram alguns dos momentos históricos na trajetória da entidade

10

FUTURO

A agenda prospectiva da CNI e o esforço por sondar os próximos passos na evolução da indústria

18

DANIEL BUHR

Pesquisador alemão, da Universidade de Tübinga, fala dos impactos sociais da indústria 4.0

22

ARMANDO MONTEIRO

Senador por Pernambuco faz análise otimista sobre a agenda legislativa de 2019

24

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Empresários brasileiros e japoneses reunidos em Tóquio sugerem acordo comercial

26

Atual legislação ficou obsoleta depois de 20 anos e precisa ser reformada para contemplar inovações tecnológicas

28

COMÉRCIO EXTERIOR

Mercosul e União Europeia não chegam a acordo e deixam empresários pessimistas sobre aproximação dos blocos

32

COMPETITIVIDADE

A greve dos caminhoneiros agravou a situação fiscal e influenciou a queda de 2,5% na produção industrial do segundo trimestre

34

PESQUISA

Retratos da Sociedade Brasileira mostra que os eleitores estão desanimados e não sabem em quem votar neste ano

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO

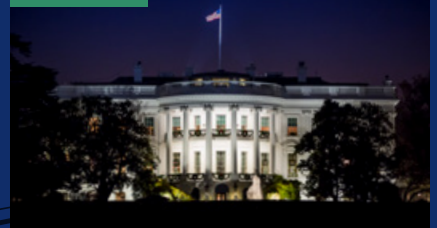
Informe Conjuntural estima que aumento do PIB em 2018 deve ser de 1,6% e não mais de 2,6%

38

Indústria do Acre terá boletim com informações completas sobre produção florestal no estado

40

GIRO GLOBAL



Empresários americanos pedem a Donald Trump o fim da guerra comercial que está prejudicando os negócios globais

42

SEGURANÇA

Iniciativas do Sesi, como *Viva+*, têm aprimorado as condições de segurança do trabalhador na indústria

44

UMA INSTITUIÇÃO QUE ORGULHA O PAÍS

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) completou 80 anos. Em oito décadas de existência, a mais representativa entidade do setor industrial tem construído uma notável história de dedicação aos interesses maiores da sociedade brasileira. Sempre com as atenções voltadas para o desenvolvimento econômico e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, atuamos para aumentar a competitividade das indústrias, aperfeiçoar o ambiente de negócios, retirar os entraves ao crescimento sustentado e atualizar o arcabouço institucional.

A CNI nunca se omitiu. Nos momentos de crise, como a que o país viveu nos últimos anos, age para corrigir eventuais equívocos nas políticas adotadas pelo poder público, a fim de retomarmos o caminho do progresso. Em tempos de prosperidade, trabalha para que os fundamentos da economia se fortaleçam de modo a consolidar períodos de expansão, com estímulos aos investimentos, aumento do nível

do emprego e geração de riquezas. Faz parte da nossa missão debater os temas da nação com espírito democrático, franqueza e transparência.

Desde sua fundação, em 1938, a CNI contribui para a modernização da economia brasileira por meio de diversas iniciativas, posicionamentos públicos, propostas concretas e diálogo permanente com os órgãos de governo. Defendemos a livre-iniciativa, o empreendedorismo, o equilíbrio macroeconômico e fiscal, a abertura comercial criteriosa, e medidas para aumentar a segurança jurídica no país e incentivar a inovação, além de reformas estruturais que impulsionem o crescimento sustentado — como a tributária e a previdenciária.

De maneira competente, a CNI tem se debruçado sobre as questões que atrapalham o crescimento econômico, apresentando sugestões em documentos discutidos com o poder público e a sociedade, como a *Agenda Legislativa da Indústria*, a *Agenda*

Internacional e a Agenda Jurídica. O Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 é o roteiro para a formação de uma indústria competitiva, inovadora e global. Tudo isso resultou em 43 abrangentes propostas que foram entregues aos candidatos à Presidência da República neste ano.

O Sistema Indústria colabora, ainda, para a formação profissional e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, por meio do SENAI e do Sesi, que estão em constante atualização. Desde que foi criado, há 76 anos, o SENAI já formou mais de 73 milhões de pessoas, capacitando-as a interpretar as novas tecnologias e habilitando-as a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Já o Sesi, fundado há 72 anos, tornou-se uma referência em educação básica, e em saúde e segurança no trabalho.

Estamos nos preparando para a quarta revolução industrial, também chamada de Indústria 4.0. Nos últimos anos, criamos uma rede nacional de 25 Institutos SENAI de Inovação, 58 Institutos SENAI de Tecnologia e 8 Centros de Inovação do Sesi. Ao todo, estamos investindo mais de R\$ 2,5 bilhões — parte desse montante vem de financiamento do BNDES. Com equipamentos de última geração e profissionais altamente qualificados, essas unidades prestam serviços personalizados em todas as regiões do país, induzindo um novo nível de progresso para as empresas.

Criamos, também, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento coordenado pelo Instituto

Euvaldo Lodi (IEL), que pretende colocar a inovação no centro da estratégia das empresas brasileiras. Com esses e outros projetos, atuando de forma completamente transparente, a CNI reafirma seu compromisso de ajudar o país a se desenvolver, com crescimento econômico sustentado, criação de empregos e geração de renda.

O futuro do Brasil depende da indústria, setor mais dinâmico da economia nacional, e a indústria conta com o importante trabalho desenvolvido pela CNI. Parabéns a todos nós que fazemos parte dessa instituição que tanto nos orgulhou em seus primeiros 80 anos e que tanto ainda vai nos orgulhar.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



CNI, 80 ANOS

NOVAS CONQUISTAS, COMO A REFORMA TRABALHISTA E A REABERTURA DA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL ÀS EMPRESAS, MOSTRAM A ATUAÇÃO DA ENTIDADE NA DEFESA E PROMOÇÃO DE INTERESSES DA INDÚSTRIA NACIONAL

A pesar dos efeitos negativos para a economia mundial, a Crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos e que se alastrou por outros países, contribuiu para acelerar o processo de industrialização no Brasil e para a mudança de um país rural para urbano. O grande êxodo rural, acentuado pela crise do café, elevou a população urbana, aumentou a oferta de mão de obra e ajudou na formação de um mercado consumidor. Foi nesse contexto de recuperação econômica que lideranças empresariais criaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em agosto de 1938.

A entidade sucedia a Confederação Industrial do Brasil (CIB), iniciativa das federações de indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e, desde então, já tinha clara sua vocação, presente 80 anos depois: defender o desenvolvimento do setor industrial no país, por meio da elaboração de estudos de excelência e de um diálogo propositivo com o poder público. Hoje, com a quarta revolução industrial em andamento, a CNI é novamente fundamental para preparar as indústrias e o país para a chamada indústria 4.0.

“A CNI sempre foi protagonista na formulação de propostas e na defesa de medidas para o Brasil superar os desafios que se apresentaram ao longo da história. São 80 anos de trabalho dedicados à melhoria do ambiente

de negócios, ao aumento da competitividade e ao desenvolvimento econômico e social do país”, destaca Robson Braga de Andrade, presidente da CNI. Segundo ele, a entidade tem, ainda, uma atuação importante na preparação do trabalhador e da indústria do futuro.

“Ao comemorar 80 anos, a CNI reafirma seu compromisso de ajudar o país a voltar a crescer de forma sustentável e a criar empregos. Esse desafio só será superado com o aumento da segurança jurídica, a implementação de reformas no sistema tributário e na Previdência Social, a redução da burocracia, a modernização da infraestrutura e outras ações que melhorem o ambiente de negócios e a competitividade das empresas”, avalia Andrade.

A visão de uma das mais longevas lideranças da CNI não é diferente. O ex-senador Albano Franco, que dirigiu a entidade em pleno processo de redemocratização do país, considera que a indústria contribui e pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento econômico do Brasil. “A indústria é o setor mais importante da economia brasileira, pelo que agrega, pelo que produz e pelos empregos que gera. E por isso tem um peso relevante junto ao Executivo e ao Legislativo, com um diálogo aberto e transparente. São oitenta anos de sucesso”, afirma ele, que foi presidente da CNI entre 1980 e 1994.

Assim como no início do século passado, preparar e qualificar a mão de obra para aumentar a produtividade continua sendo uma das missões da CNI. Em 2017, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) teve 2,3 milhões de matrículas. “Não há dúvidas, em lugar nenhum do mundo, quanto ao papel que a atividade produtiva tem, não só na criação de valor como na agregação de tecnologia, inserção competitiva e progresso”, afirma Horácio Lafer Piva, presidente do Conselho de Administração da Klabin e ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

“A CNI esteve à frente desse trabalho desde sempre, compreendendo as necessidades de formação de mão de obra qualificada e suporte tecnológico às empresas, assim como as condições para que os trabalhadores, através de respeito próprio, autoestima e esforços pessoais, atingissem índices diferenciados de competitividade e produtividade”, afirma Piva. Segundo ele, esse trabalho inclui ações para melhorar a qualidade de vida das famílias desses trabalhadores, com foco na educação e saúde, que costumam ter um padrão muito acima da média nacional.

Além do SENAI, criado em 1942, com a missão de formar profissionais para a indústria nacional, esse trabalho é realizado também por meio do

GALERIA | Conheça imagens históricas da atuação da CNI e do Sistema Indústria

1945 aprox.



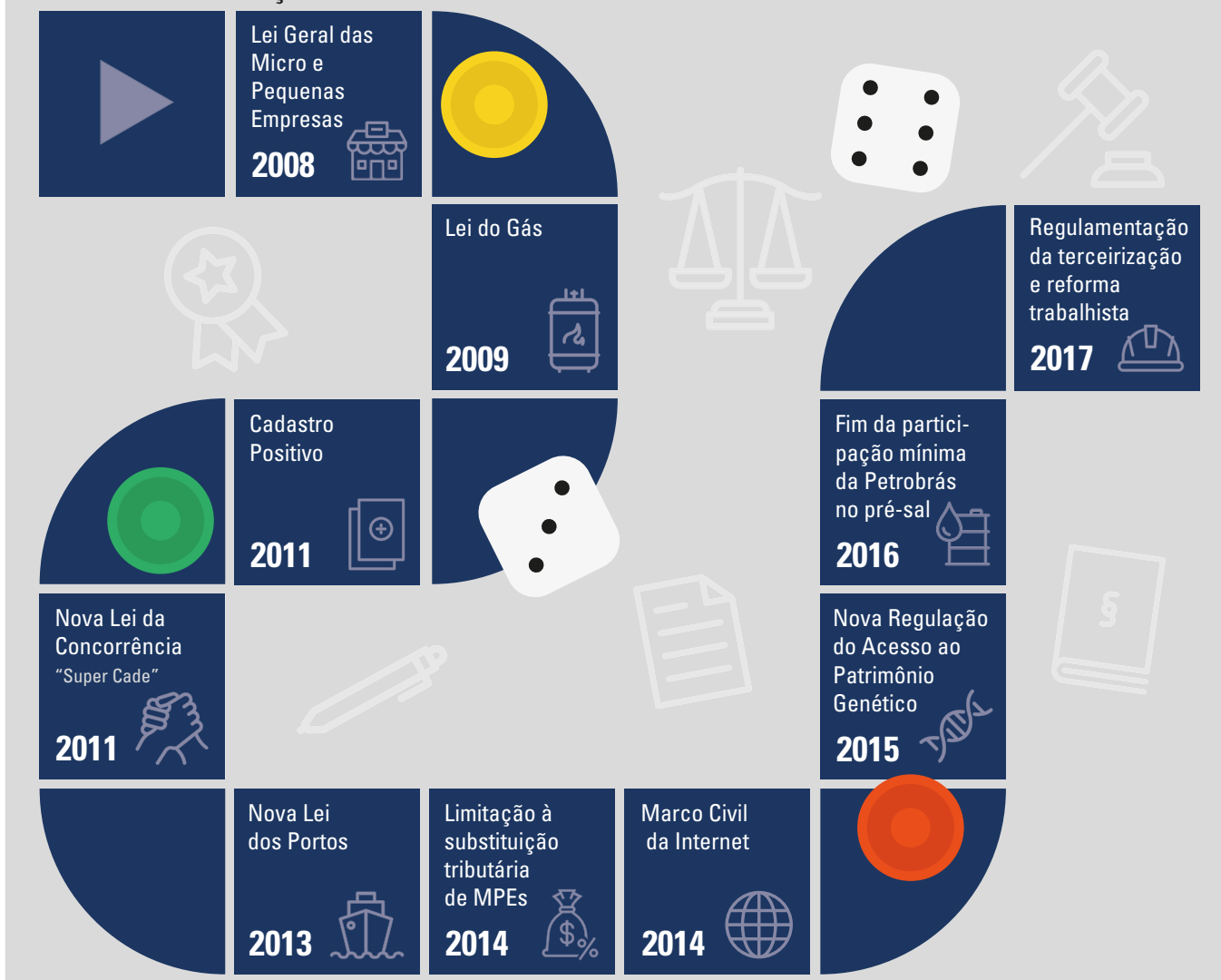
Euvaldo Lodi, presidente da CNI (1938–1954), com o presidente Getúlio Vargas

1948 aprox.



Euvaldo Lodi e dirigentes industriais visitam a base de extração de petróleo em Candeias, na Bahia

IMPORTANTES AVANÇOS NA HISTÓRIA DA PAUTA MÍNIMA



1949

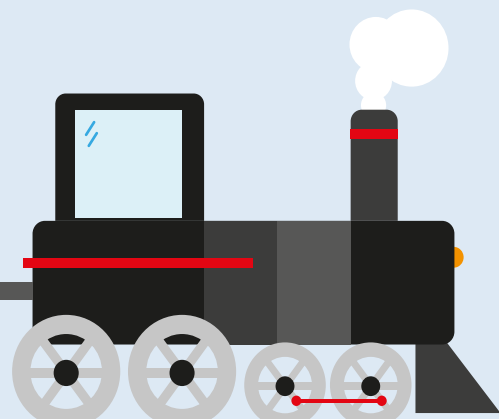


Euvaldo Lodi entrega certificado a operário bolsista que concluiu curso de especialização e aperfeiçoamento

1951



Curso de orientação em leitura promovido pelo SESI em fábrica paulista



OS NÚMEROS DO SENAI

TRABALHADORES
FORMADOS

73 milhões

28
áreas da
indústria brasileiraUNIDADES DE
ATENDIMENTO

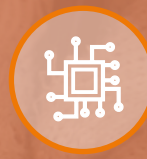
993

541
físicas

+

452
móveisINSTITUTOS SENAI
SENDO IMPLANTADOS
NO BRASIL

83

58
de tecnologia

+

25
de inovação

MATRÍCULAS

2.372.421

em cursos em 2017



EMPRESAS ATENDIDAS

19.237

com serviços técnicos
e tecnológicos

Foto: José Conceição/CNI

GALERIA | Conheça imagens históricas da atuação da CNI e do Sistema Indústria

1955 aprox.

Atletas prestam juramento
durante abertura dos
Jogos Desportivos Operários

1960

O presidente João Goulart
cumprimenta dirigentes do Sesi

Serviço Social da Indústria (SESI), que desde 1946, busca melhorar a qualidade da educação dos brasileiros e criar ambientes de trabalho seguros e saudáveis, aprimorando as condições de vida do trabalhador.

Em 2017, por exemplo, o SESI teve 1.187.240 matrículas em educação básica, continuada e ações educativas; somou mais de 4 milhões de pessoas beneficiadas com serviços de saúde e segurança; e aplicou mais de um milhão de vacinas. No SENAI, a atenção esteve voltada à assistência às empresas, ao investimento em tecnologia de ponta e à instalação de centros de ensino para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A preocupação com a formação da mão de obra para a indústria brasileira foi o que motivou a criação das duas entidades. Por meio do sistema SESI-SENAI, a CNI fomentou o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O sistema foi complementado depois com a criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em 1969, para aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Nos anos 1990, quando o Brasil abriu as portas para a concorrência externa, o IEL diversificou suas atividades para reverter a defasagem tecnológica da indústria brasileira.

“O histórico papel de liderança na formação de mão de obra e capacitação

é um esforço conjunto que continua até hoje e tem ajudado a propagar conhecimento, ciência, tecnologia e inovação”, avalia Elizabeth de Carvalhaes, presidente-executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Energia da *International Chamber of Commerce* (ICC) do Brasil. “Ao agregar as indústrias do país, a CNI possibilitou que o setor produtivo ganhasse uma representação institucional relevante em pautas comuns”, afirma Elizabeth.

Quem está no dia a dia dessa representação institucional percebe a relevância do legado deixado por gerações anteriores de lideranças industriais. Diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg considera que “nos últimos 80 anos, a CNI tem se consolidado como principal interlocutora do setor produtivo com o Legislativo e o Executivo”. Com isso, diz ela, “a entidade tem promovido um trabalho de maior interação sobre as necessidades que o setor produtivo tem para avançar, tratando de maneira técnica os diferentes entes governamentais. Esse trabalho cada dia mais profissional tem feito com que a CNI possa trabalhar para a melhoria do ambiente macroeconômico do país”.

Uma contribuição que beneficia o negócio de cada empresa. Cristina Palmaka, presidente da SAP Brasil, avalia que “a CNI tem desempenhado um

papel de protagonista como grande fomentadora e defensora da indústria nacional. Tem buscado, por meio de um intercâmbio cultural forte, discutir a evolução e apontar as tendências da indústria no mundo. A Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) é uma das iniciativas que mais recentemente mostra a importância da instituição e encara o desafio de fazer da inovação uma estratégia permanente das empresas, assegurando a competitividade na busca pelos objetivos de crescimento e da contribuição do setor para o desenvolvimento econômico e social”.

INSERÇÃO INTERNACIONAL

Embora a qualificação da mão de obra seja uma preocupação permanente, a partir de 1988, quando foi promulgada a atual Constituição, ganharam mais importância na atuação da CNI a preocupação com a competitividade do produto brasileiro, a inserção das empresas no mercado internacional e a redução do custo Brasil. Hoje, a CNI defende as reformas institucionais para que a economia brasileira cresça de forma sustentada, competitiva, inovadora e com alta produtividade.

“A CNI faz um trabalho muito importante na apresentação de sugestões no Legislativo e Executivo. Um exemplo disso é a *Agenda Legislativa*, com propostas que vão ao encontro dos interesses

1978

Foto: Miguel Ângelo

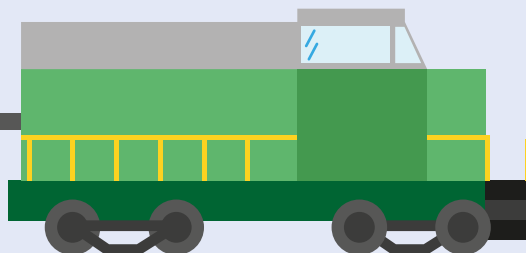


Príncipe Charles e Nelson Taboada Souza, presidente em exercício da CNI, em evento no Rio de Janeiro

1990



Albano Franco, presidente da CNI, com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello



da sociedade. Esse é um papel fundamental para a legítima e ética defesa desses interesses e a CNI tem feito esse papel de maneira relevante”, comenta Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT).

Mas, segundo ele, “há uma agenda não legislativa em que a atuação da entidade também é fundamental para modernizar a indústria”. Pimentel diz que essa agenda é composta pela qualificação da mão de obra e a preocupação com pesquisa e inovação, o que levou à criação dos Institutos SENAI e dos Centros de Inovação do Sesi. “A fundação desses centros de pesquisa, espalhados pelo Brasil, permitiu a construção de uma rede de estímulo à inovação e à produtividade que poucos países têm e que trouxe para cá conceitos mais modernos de manufatura avançada e de digitalização da economia. Temos de fazer a nossa parte: agenda da inovação, competitividade, qualificação, capacitação e modernização tecnológica”, destaca.

Fernando Pimentel, da ABIT, lembra ainda que o país tem pela frente uma agenda de reformas microeconômicas

importante para se reindustrializar. “O Brasil tem perdido capacidade de manufaturar porque temos um ambiente muito hostil para quem produz. Mas não podemos apenas ficar chorando as pitangas. Temos de avançar nas solu-

Monica Messenberg, da CNI, dá um exemplo concreto dessa atuação em favor da competitividade, como na reivindicação de incentivos diretos do setor público para a inovação. Para ela, o apoio governamental nesse segmento

é fundamental para incentivar o setor privado a investir. “Estimular novos investimentos em inovação é uma decisão estratégica para a produtividade”, resume a diretora de Relações Institucionais.

Horácio Lafer Piva, da FIESP, indica outras áreas importantes de atuação da CNI, como “o desafio da integração global de urgente e referencial vetor da inovação, inserindo o Brasil na dinâmica das competitivas cadeias internacionais de valor, traduzindo as oportunidades da indústria

4.0 e liderando a retomada através do aumento da produção e, consequentemente, do desenvolvimento, que é efetivo crescimento com justiça social”.

A CNI tem sido, também, uma importante plataforma de discussão da responsabilidade socioambiental das empresas e do país, segundo Elizabeth de Carvalhaes, presidente-executiva da Ibá. “O setor de árvores plantadas

“A CNI sempre foi protagonista na formulação de propostas e na defesa de medidas para o Brasil superar os desafios que se apresentaram ao longo da história”

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

ções, que passam evidentemente pela melhoria do ambiente de negócios, claramente apontada na agenda macroeconômica que apresentamos e na melhora da educação. Não podemos esperar que o país esteja pronto para que haja uma vantagem competitiva. É preciso atuar para que nos mantenhamos competitivos”, defende o dirigente da indústria têxtil.

GALERIA | Conheça imagens históricas da atuação da CNI e do Sistema Indústria

1993



Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, realizada em Brasília

1997



Encontro celebra os três anos do Plano Real, com Fernando Bezerra (CNI) e o presidente Fernando Henrique Cardoso

entende que um país saudável passa por empresas ativas no seu papel socioambiental, no estabelecimento de uma economia de baixo carbono, amigável ao ambiente, à biodiversidade e à vida humana.” Ela destaca, ainda, o papel da CNI na inserção das empresas e dos produtos brasileiros no mercado global.

REFORMA TRABALHISTA

Carvalhoes, da Iba, e Pimentel, da ABIT, destacam como a conquista recente mais relevante da atuação da CNI a aprovação da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017. “O trabalho da entidade em projetos como a reforma trabalhista é fundamental para impulsionar todos os setores da economia”, diz Carvalhoes. “A reforma trabalhista é um marco na atuação da atividade da CNI e contribui de maneira muito importante para a produtividade”, avalia Pimentel. “Essa era uma reivindicação de muitos anos, necessária para modernizar a legislação”, celebra Mônica Messenberg.

Elaborada e aprovada após anos de debates sobre a necessidade de se modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1943, as mudanças aprovadas em 2017 não reduzem nem eliminam os direitos básicos do trabalhador. A nova lei prestigia e estimula o diálogo entre

empresa e empregado para que definam, de comum acordo, condições e rotinas de trabalho que sejam mutuamente benéficas.

As novas regras reduzem a insegurança jurídica sobre a adoção de arranjos aparentemente corriqueiros, como *home office* e jornadas de trabalho mais flexíveis, que antes esbarravam na rigidez da legislação. Ao mesmo tempo, supre lacunas que a CLT tinha sobre temas como novas tecnologias, teletrabalho, nova organização e novos contratos — terceirização, trabalho intermitente, além de investir na negociação coletiva como principal solução para as relações do trabalho.

Por meio de acordos ou convenções coletivas, empresas e empregados adequam suas rotinas de produção a suas realidades específicas e de trabalho. Neste contexto, para situações específicas, serão permitidos ajustes diretos entre o empregado e a empresa. É o caso do teletrabalho, pelo qual se dá ao empregado flexibilidade para definir as próprias rotinas no cumprimento das tarefas que acordar com a empresa. “Modernizar as regras deu mais segurança jurídica para empresas e empregados”, avalia Mônica Messenberg, da CNI.

Ainda em 2017, outra medida importante aprovada pela Câmara dos Deputados foi a proposta que ampliou a

segurança jurídica do país, confirmada em votação no Senado Federal, em março de 2018, e sancionada como Lei nº 13.655 pelo presidente Michel Temer, em abril deste ano. A proposta, que contou com o apoio da CNI, alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), incluindo detalhes sobre a criação, interpretação e aplicação do direito público.

Entre as mudanças está a definição para que o Poder Público não tome decisões com base em valores abstratos sem considerar as consequências práticas da medida. Os entes públicos seriam responsáveis por detectar o problema, mas também por apresentar soluções. Pela lei, a decisão administrativa que impuser dever ou condicionamento novo de direito, com base em norma indeterminada, ou fixar orientação ou interpretação nova, deverá prever um regime de transição.

As mudanças reduziram o grau de indeterminação das normas públicas e a instabilidade dos atos jurídicos e administrativos. Conforme a CNI, a insegurança jurídica é um dos temas que mais preocupam as empresas. A falta de clareza sobre direitos e deveres e as crescentes alterações nas legislações e nos marcos regulatórios são prejudiciais à competitividade. Essa falta de confiança gera dúvidas

2004

Foto: Miguel Ângelo



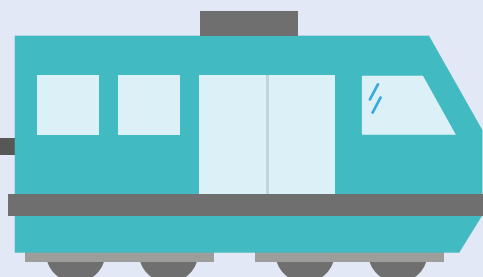
Na Olimpíada do Conhecimento, Armando Monteiro Neto (CNI) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

2011

Foto: Marcos Issa/Argosfoto



Mesa de debates no 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, com representantes da Klabin, da Siemens, da GE e de outras indústrias



sobre a estabilidade das relações jurídicas e incertezas sobre as consequências dos atos baseados nas normas jurídicas vigentes, o que desestimula investimentos.

REGULAÇÃO ECONÔMICA

Outro avanço que contou com o apoio da CNI foi o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração de petróleo do pré-sal. Aprovada em 2016, essa medida estimula a concorrência por meio da participação de empresas privadas e de novos investimentos. O setor de petróleo e gás movimenta uma extensa cadeia produtiva em tecnologia e investimentos, com importante contribuição para o PIB industrial e para a arrecadação de impostos.

A aprovação da Lei nº 13.365/2016 manteve a preferência da Petrobras na exploração do pré-sal, mas acabou com a obrigatoriedade de a estatal ser a operadora única. Essa regra estava inviabilizando a ampliação da produção de petróleo devido à incapacidade da empresa em efetuar os investimentos necessários à exploração de novos blocos.

Na área de infraestrutura, a atuação da CNI já contribuiu com sugestões para criar regras para as agências reguladoras que dão mais segurança jurídica. Uma proposta aprovada na Câmara dos Deputados e em discussão

no Senado prevê a exigência de experiência dos indicados para assumir cargos de diretoria nas agências, determina que estas façam análises de impacto regulatório antes de emitirem novas regras sobre os setores que regulam, estabelece a obrigatoriedade de consulta pública sobre propostas de novas normas e padroniza o número de dirigentes.

Pimentel, da ABIT, chama atenção para dois outros temas que entraram na agenda da CNI: o uso dos recursos naturais de maneira mais eficiente e a proteção de dados. No caso dos recursos naturais, afirma, a redução na disponibilidade e o consequente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Segundo ele, há uma crescente preocupação com a repercussão das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Por isso, os consumidores demandam cada vez mais produtos e processos produtivos com menos impacto ambiental.

Outra conquista foi a lei de proteção de dados, aprovada pelo Congresso Nacional no final de julho, fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Atualmente, com a indústria 4.0, a competitividade do país passa obrigatoriamente por conectar toda a cadeia produtiva e de serviços,

de *smartphones* a veículos, capazes de se comunicar uns com os outros e gerar benefícios para a sociedade. Mais do que uma relação de consumo, a proteção de dados é importante para as relações pessoais dos setores privado e público.

PREVIDÊNCIA E TRIBUTAÇÃO

Mesmo com os avanços obtidos nos últimos anos, há dois temas em que a CNI atua e que são fundamentais para a melhoria do ambiente de negócios, conforme avaliação de Messenberg e de Pimentel: as reformas da Previdência Social e do sistema tributário brasileiro, ambas em discussão no Congresso Nacional. “A reforma tributária é um tema que continua no nosso radar e que precisa de um trabalho mais amplo de negociação”, afirma a diretora de Relações Institucionais da CNI.

Pimentel diz que o equilíbrio das contas públicas é fator chave para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil e que isso interessa não só aos empresários, mas também a toda a sociedade. “É preciso atuar para que nos mantenhamos competitivos. E isso inclui avançar nas reformas estruturais”, afirma. Como não há recursos para fazer tudo que o país necessita de uma única vez, “tem de ser muito preciso e efetivo e com foco no que precisamos fazer”.

GALERIA | Conheça imagens históricas da atuação da CNI e do Sistema Indústria

2012

Foto: Sergio Amaral



Desfile sobre tecnologia de moda na *Olimpíada do Conhecimento*

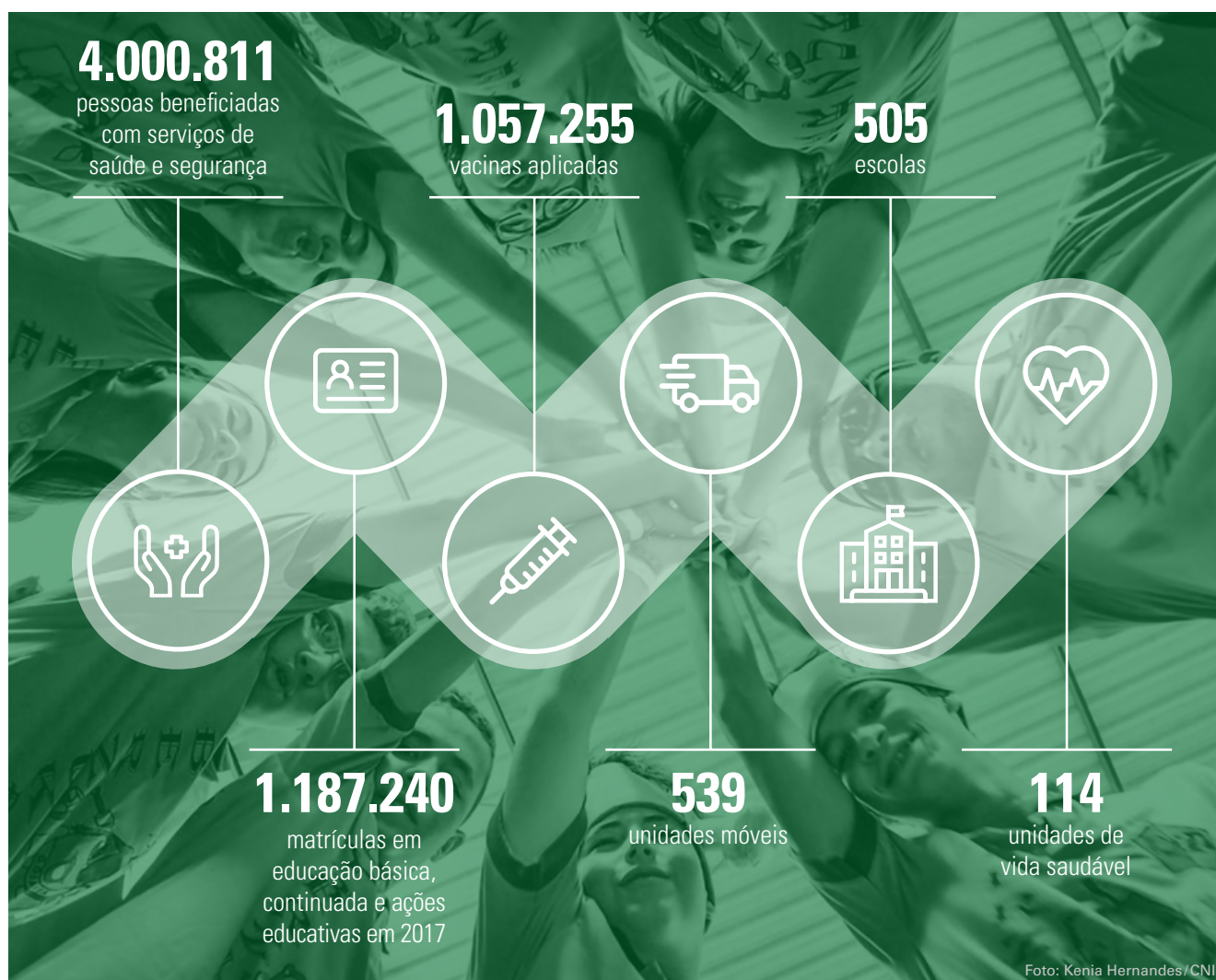
2015

Foto: José Paulo Lacerda



Brasil vence a *WorldSkills*, realizada em São Paulo

OS NÚMEROS DO SESI



2018

Foto: Guilherme Queiroz



Robson Braga de Andrade (CNI) defende reforma trabalhista em evento na *Conferência Internacional do Trabalho*, em Genebra

2018

Foto: Miguel Ângelo



Evento com presidentiáveis nas eleições gerais deste ano





As inovações do novo tempo da indústria afetarão as relações com consumidores e o perfil do trabalhador, dizem especialistas

Foto: chinaface/gettyimages.com

SISTEMA INDÚSTRIA JÁ SONDA O QUE VEM POR AÍ

SESI E SENAI ESTUDAM O IMPACTO DA INDÚSTRIA 4.0 SOBRE O PERFIL DO TRABALHADOR PARA REDESENHAR A OFERTA DE CURSOS ENQUANTO A CNI INDICA O CENÁRIO ECONÔMICO MAIS PROVÁVEL ATÉ 2022

As entidades do Sistema Indústria têm hoje, como um de seus principais desafios, entender os impactos que a fusão entre os mundos real e virtual trará ao setor produtivo, a seus empresários e trabalhadores. “Hoje é possível desenhar, projetar e imprimir um protótipo antes de entrar no mundo real e isso reduz custos. Mas é importante ir além desse achado já conhecido”, afirma Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do Conselho

Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Já é possível vislumbrar vários impactos a partir das transformações digitais que são visíveis, diz ele. “Será possível, por exemplo, conectar as empresas diretamente com toda a cadeia produtiva e com os consumidores finais, permitindo acompanhar os hábitos das pessoas e saber como estão usando os produtos em seu cotidiano”, estima Pacheco.

Segundo o pesquisador, essas mudanças vão “ganhar uma profundidade gigantesca nos próximos dez anos”.

Essa nova revolução industrial terá impacto sobre todo o setor produtivo. “Haverá uma mudança nos modelos de negócios das próprias empresas, que aproximará a indústria do setor de serviços. Haverá a agregação de um conjunto de serviços, de forma crescente e de várias naturezas, ao seu produto”, avalia. Ao invés de vender uma turbina de avião, uma empresa vai vender um serviço que inclui a turbina e sua manutenção, exemplifica. “A turbina continua sendo sua e você presta um serviço de atendimento àquela empresa, mas deixa de entregar o produto”, afirma Pacheco.

A tendência, segundo ele, é que, no futuro, vários segmentos deixem de vender definitivamente uma mercadoria e passem a fazer um contrato de prestação de serviços, que fidelize o cliente. “Isso será muito mais vantajoso porque a empresa passa a ter uma receita recorrente. Não apenas vende um produto, mas continuamente atende um cliente”. Segundo Pacheco, esse processo impacta não só a indústria, mas a vida em geral.

No âmbito educacional, a visão é muito parecida. Segundo Rafael Lucchesi, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “a quarta revolução industrial vai reconfigurar todo o processo de produção das principais cadeias produtivas”. Por isso, diz ele, a entidade estuda essas mudanças para avaliar como isso pode alterar as competências e habilidades dos trabalhadores da indústria. “Temos feito um esforço grande em compreender como nosso portfólio de cursos e serviços pode se adaptar às transformações em curso”.

NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Lucchesi lembra que a primeira revolução industrial foi marcada pela introdução da máquina a vapor e da

Foto: José Paulo Lacerda/CNI



Nossos cursos e serviços têm se adaptado às transformações em curso, diz Lucchesi.

mecanização do trabalho manual no século 19. Depois, no século 20, a produção em massa, com a utilização de equipamentos eletrificados, definiu a segunda revolução industrial. A terceira revolução ocorreu mais recentemente, a partir do

manufatura avançada, Lucchesi citou a criação dos institutos de inovação e de tecnologia do SENAI. “A educação assume papel central no mundo da indústria 4.0. Por isso, a inovação é uma constante nas salas de aula do Sesi e do SENAI para formar o profissional do futuro e prepará-lo para lidar com um mundo dinâmico de constantes e rápidas transformações”, afirma Lucchesi, que também é diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI).

Com o mesmo objetivo de sondar permanentemente as transformações do contexto econômico e do sistema produtivo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, neste ano, o *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*. Elaborado com a participação de líderes empre-

sariais, o estudo é uma agenda para o Brasil, pois visa à construção, nos próximos quatro anos, de uma economia mais eficiente, inovadora e integrada ao mercado internacional. Para atingir esse objetivo, o mapa busca o alinhamento das políticas industrial, de inovação e de comércio exterior.

“Houve uma mudança de postura importante da CNI ao mostrar que a sobrevivência das empresas depende da inovação”

Carlos Américo Pacheco,
diretor-presidente da FAPESP

uso de eletrônicos e da tecnologia computacional para a produção e para a automação da produção. Agora, na quarta revolução, o que se destaca são os avanços tecnológicos como inteligência artificial e *big data*.

Ainda com o objetivo de antecipar tendências e preparar o Brasil para a

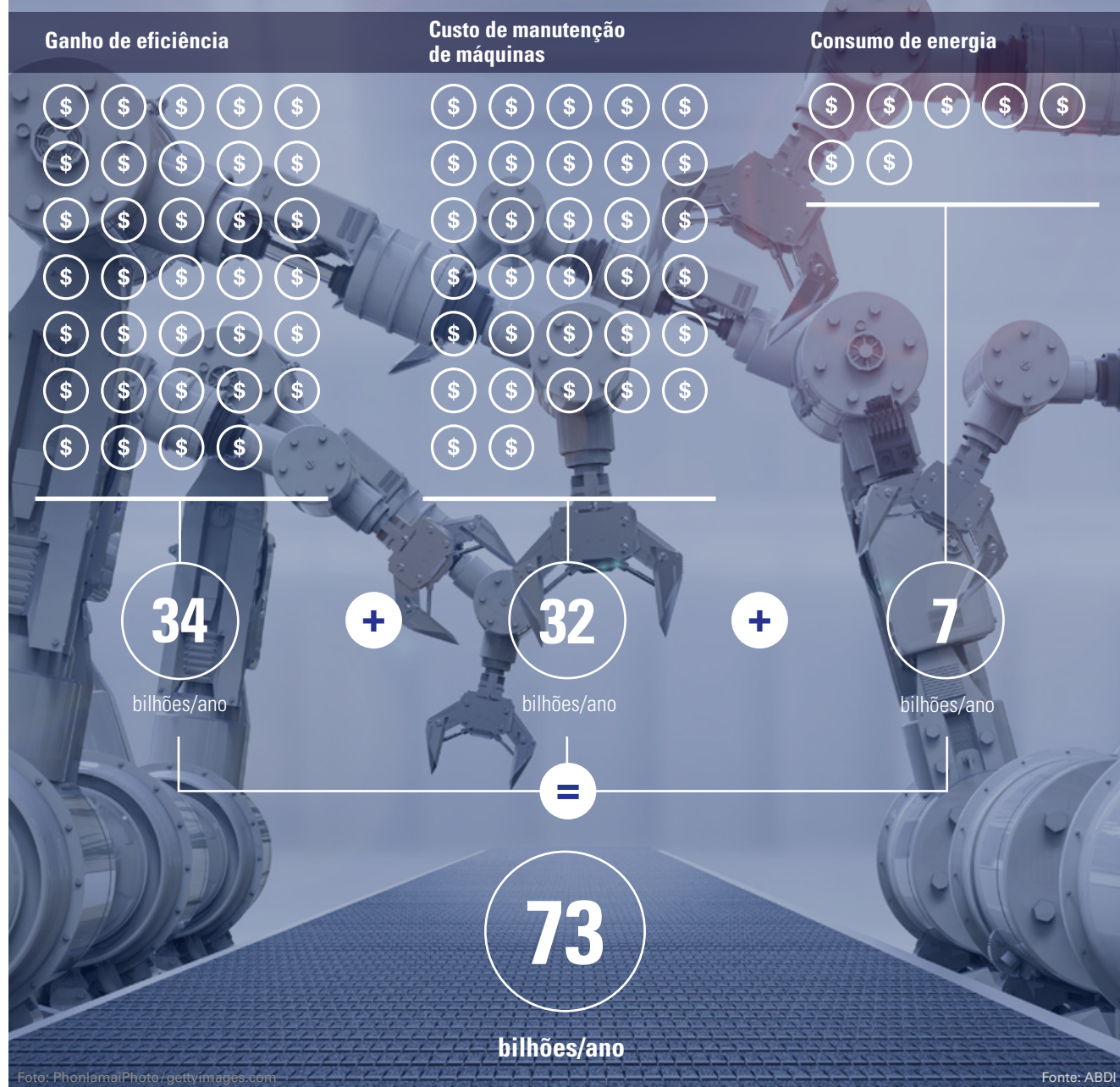
O desafio, segundo Carlos Américo Pacheco, da FAPESP, é garantir competitividade à indústria brasileira frente a uma transformação que já ganha corpo na Europa e nos Estados Unidos, dando mais eficiência e flexibilidade a linhas de produção e reduzindo custos. A expectativa da CNI é que, com o avanço da indústria 4.0 no Brasil, o país eleve sua inserção nas cadeias globais de

valor e amplie a participação no comércio mundial de bens e serviços. Afinal, o ambiente do mercado internacional estimula a busca pela competitividade e pela inovação.

De acordo com Pacheco, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e a CNI fincaram uma bandeira importante nessa direção: a agenda da inovação passou a ser uma agenda da indústria e

não apenas de universidades e centros de pesquisa. “Durante muito tempo essa agenda estava restrita ao mundo acadêmico e ao governo. Houve uma mudança de postura importante da CNI ao mostrar que a sobrevivência das empresas depende da inovação”, diz o pesquisador. Ele também ressalta a necessidade de aumentar a inserção comercial do Brasil e avançar nas reformas estruturais.

OS IMPACTOS ESTIMADOS DA INDÚSTRIA 4.0 SOBRE A PRODUTIVIDADE NO BRASIL (EM R\$)



TRABALHO SERÁ MAIS HUMANO COM MODELO 4.0

DANIEL BUHR, ESPECIALISTA EM INOVAÇÃO E PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DE TUBINGA, EXPLICA OS IMPACTOS SOCIAIS QUE A ATUAL REVOLUÇÃO INDUSTRIAL PODE TRAZER

Nesta etapa de desenvolvimento, a indústria 4.0 não tem apenas o potencial de tornar a produção mais barata, sustentável e eficiente, mas também o de fornecer melhores serviços e tornar o trabalho mais humano, afirma Daniel Buhr, professor na Universidade de Tubinga, na Alemanha, e chefe do Centro de Transferência Steinbeis para a Inovação Social e Tecnológica. Pesquisador na área de inovação, ele diz que muitas oportunidades surgem com essa nova revolução industrial, mas há alguns desafios, como a definição do conceito de trabalho e as questões ligadas à privacidade, proteção e segurança de dados.

O que devemos esperar da indústria 4.0?

Podemos esperar muito, especialmente quando entendemos que a indústria 4.0 não segue um caminho específico e voltado para a tecnologia. É, antes, um desenvolvimento que tem que ser moldado por vários atores econômicos,

sociais, acadêmicos e políticos. Então, a indústria 4.0 não tem apenas o potencial de tornar a produção mais barata, sustentável e eficiente, mas também o de fornecer melhores serviços e fazer com que o trabalho seja mais humano.

Como a revolução digital pode impactar a indústria global nos próximos dez anos?

No futuro, as pessoas, as coisas, os processos, os serviços e os dados estarão interligados em rede. Estarão no centro desse processo objetos inteligentes equipados com sensores, com código QR e chips RFID (sigla em inglês para Identificação por Rádio Frequência) que se movimentam por meio da fábrica inteligente e depois para o mundo – ao longo de toda a cadeia de valor, desde o desenvolvimento do produto até o atendimento ao cliente. É assim que, no futuro, todas as informações relevantes estarão disponíveis tanto para seres humanos

e máquinas como para clientes e parceiros de negócios. Então, os recursos serão usados com mais eficiência e as empresas produzirão melhor. A indústria 4.0 tem um enorme potencial para desenvolver novos produtos, serviços e soluções que vão melhorar a vida cotidiana das pessoas. Além disso, a rede digital permite o envolvimento direto das demandas dos clientes e a personalização econômica de produtos e serviços. Isso acelerará enormemente os processos de inovação e também poderá economizar muitos recursos. No começo, no entanto, isso significa, antes de tudo, enormes investimentos em infraestrutura e qualificação para trabalhar num mundo digital.

Esse impacto será o mesmo nos países da América Latina, especialmente no Brasil?

Não automaticamente. Depende muito do sistema econômico e do regime específico de produção. Quais são os produtos e serviços típicos e como esses



Profissões baseadas na experiência e na interação terão mais relevância, diz Daniel Buhr

bens e serviços são produzidos? Grande parte da indústria alemã, por exemplo, é altamente automatizada desde o início da década de 80 (indústria 3.0), assim como acontece em parte da indústria brasileira. Outros, no entanto, ainda são muito trabalhosos. Aqui, as tarefas dos trabalhadores tradicionais da linha de produção e dos trabalhadores do conhecimento irão se fundir em um grau cada vez maior. Como resultado, muitos processos de trabalho serão realizados de forma mais eficiente e eficaz no futuro. No Brasil, acredito que certos trabalhos com requisitos de qualificação de nível médio e remuneração serão os primeiros a serem redundantes por meio da automação anunciada pela indústria 4.0. O outro lado é que vocações nas extremidades inferior e superior do espectro de qualificação que são menos automatizáveis e profissões baseadas em experiência e interação ganhariam relevância. É aqui que podemos esperar que surjam campos de trabalho completamente novos,

como cientistas de dados, arquitetos de nuvem e analistas de segurança.

Um segmento onde a automação está bastante avançada é a indústria automotiva. O que podemos esperar para o futuro desse segmento industrial?

Oportunidades para alguns são riscos para os outros. Os líderes industriais tradicionais poderiam rapidamente se encontrar no papel de meros fornecedores, que são completamente intercambiáveis, se não puderem fornecer aos consumidores “serviços inteligentes” personalizados. Processos abertos de inovação, integração de clientes ao processo de projeto e produção, juntamente com análises de *big data* direcionadas, possibilitam uma variedade de novos modelos de negócios. Uma grande proporção disso é obtida por meio da venda de peças sobressalentes, atualizações e serviços. Ao longo dos anos, os provedores criaram uma densa rede de vendas, serviços e parceiros de atendimento, a fim de

ter acesso direto aos seus clientes, tanto quanto possível. A indústria 4.0, no entanto, utiliza softwares inteligentes com análise de dados apropriada na interface existente entre fabricante e cliente, permitindo novos entrantes no mercado que poderão oferecer serviços hoje nas mãos dos fabricantes, como manutenção preventiva e fornecimento rápido de peças.

Que papel as pessoas desempenham nesse novo ambiente industrial?

As soluções procuradas até agora estão principalmente no domínio tecnológico. Os seres humanos, no entanto, desempenham o papel principal quando se trata do processo de inovação: como co-criadores e produtores, como usuários e inovadores. A chave é entender a indústria 4.0 como a interação entre inovações técnicas e sociais. Tudo leva a uma questão muito filosófica: o que precisa ser feito para garantir que a inovação técnica também possa levar ao progresso social?

PROPOSTAS QUE MELHORAM O AMBIENTE DE NEGÓCIOS DEVEM AVANÇAR EM 2019

EX-PRESIDENTE DA CNI E SENADOR POR PERNAMBUCO, ARMANDO MONTEIRO NETO FAZ ANÁLISE OTIMISTA SOBRE NOVO CICLO LEGISLATIVO QUE SE INICIA NO ANO QUE VEM

Qualquer que seja o perfil do novo Congresso a partir das eleições de outubro, não deve haver retrocesso na tramitação dos projetos que melhoram o ambiente de negócios no Brasil, afirma o senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE). “Os projetos ajudam muito o dia a dia das empresas e, em consequência, o ritmo da economia. Nenhum parlamentar de bom senso e preocupado com o desenvolvimento, seja recém-chegado ou reeleito, pode ser contra uma agenda positiva como esta”, avalia.

Quais propostas da agenda legislativa de interesse da indústria podem avançar em 2019?

Coordenamos, ano passado, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o Grupo de Trabalho da Produtividade, que listou 22 projetos de lei que contribuirão para melhorar o ambiente de negócios. É a chamada reforma microeconômica, que afeta positivamente o dia a dia das

empresas. Ela é essencial e evoluiu bem. Alguns desses projetos integram, coincidentemente, a *Agenda Legislativa da Indústria*, como a simplificação e agilização das licitações e dos licenciamentos ambientais e o novo marco legal das agências reguladoras.

O que o senhor considera que avançou positivamente?

Um dos projetos que andou significativamente foi o das novas regras do Cadastro Positivo – a listagem dos bons pagadores, que permitirá a redução dos juros. Fui relator do projeto, que agora está na Câmara. Também está na Câmara projeto que reduz a dez dias o prazo para a emissão de certidão negativa de débitos. O plenário do Senado aprovou e a Câmara está examinando proposta que exclui a maioria das micro e pequenas indústrias do recolhimento antecipado do ICMS, a substituição tributária. Um outro projeto que

apresentamos, igualmente remetido ao exame dos deputados, proíbe a taxa-ção do ISS nas exportações de serviços. Uma proposta importante, que disciplina a proteção de dados, estava à espera da sanção presidencial no início de agosto.

Que outras iniciativas foram para a frente no Congresso?

Avançou bem a desconsideração da personalidade jurídica, cuja necessidade de regulamentação está incluída há anos na *Agenda Legislativa da Indústria*. Trata-se, na prática, de disciplinar a penhora de bens de sócios e administradores, um dos maiores fatores de insegurança jurídica na atuação das empresas. Em resumo, o projeto proíbe a penhora por iniciativa isolada do juiz e quando ocorrer “administração temerária” da empresa, caso em que também não poderão ser confiscados bens adquiridos pelo empresário antes de ingressar ou constituir a



O senador lembra que, mesmo com cenário adverso, o Congresso aprovou a reforma trabalhista

empresa. Fui o relator da proposta no Senado e, como modificamos o texto original, apresentando um substitutivo, o projeto retornou à Câmara.

O Congresso é acusado, frequentemente, de ficar à margem do esforço de retomada do crescimento econômico...

O êxito do *Grupo de Trabalho da Produtividade*, que promoveu amplos debates, comprova que o Congresso está fazendo sua parte para destravar a atividade econômica. Os projetos que mencionamos estão na listagem do GT, sejam os novos ou aqueles que já tramitavam. Praticamente sem impacto fiscal, todos eles contribuem para ampliar a produtividade na economia, ao melhorar o ambiente das operações das empresas, que é extremamente hostil, pelo excesso de burocracia e complexidade da legislação tributária. Houve, enfim, avanços relevantes.

As eleições para o Congresso Nacional podem influenciar no andamento dessas propostas, uma vez que haverá novos parlamentares?

Os projetos listados pelo GT oxigenam o ambiente de negócios, impulsionando o crescimento. Qualquer que seja o perfil do novo Congresso a partir das eleições de outubro não creio que vá haver retrocessos na tramitação deles. Os projetos ajudam muito o dia a dia das empresas e, em consequência, o ritmo da economia. Nenhum parlamentar de bom senso e preocupado com o desenvolvimento, seja recém-chegado ou reeleito, pode ser contra uma agenda positiva como esta.

Como o senhor vê a atuação da CNI na aprovação de marcos regulatórios para a atividade econômica e industrial do país?

É evidente que a CNI – e é este o seu papel – defende os interesses da indústria, mas sua atuação no Congresso vai

muito além do mero corporativismo. Os projetos de lei que apoia e se movimenta intensamente e com competência para aprovar integram a agenda do país, pelo seu aspecto modernizante. Não é à toa que coincidem, como mencionamos, vários projetos listados pelo GT e a *Agenda Legislativa da Indústria*. A reforma da legislação trabalhista – na qual foi fundamental a ação da CNI – é um bom exemplo de como o Brasil, apesar da grave crise que atravessa, deu um passo à frente.

O que pode ser feito para aperfeiçoar esse trabalho?

Editada anualmente, a *Agenda Legislativa da Indústria* qualifica e torna transparente o debate entre o empresariado e o parlamento sobre as propostas legislativas que afetam – positiva ou negativamente – a atividade produtiva. O diálogo entre o empresariado e o Congresso é fluido, mas sempre é possível afinar esta interlocução.

REDE CIN COMPLETA 20 ANOS DE PROMOÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), coordenada pela CNI, comemorou aniversário de 20 anos no último Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), realizado nos dias 15 e 16 de agosto, no Rio de Janeiro. As duas décadas de serviços dedicados à internacionalização de empresas brasileiras foram lembradas na abertura do evento e no estande especial montado para o encontro. A Rede CIN está presente nas 27 federações de indústrias.



Foto: luoman/gettyimages.com

ABERTAS INSCRIÇÕES PARA INTERCÂMBIO DO PROGRAMA *INOVA GLOBAL*

Estão disponíveis, desde 24 de julho, os formulários para as propostas de participação no programa *Inova Global*. O projeto é uma parceria do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e quer fomentar projetos de pesquisa tanto no exterior quanto no Brasil, por meio de intercâmbio de pesquisadores-bolsistas. Orientações, sugestões e questões referentes ao Programa Inova Global devem ser encaminhadas ao IEL, por meio do site www.programainovaglobal.com.br.



Foto: PeopleImages/gettyimages.com

EDITAIS PROMOVEM A INOVAÇÃO NO BRASIL

Três editais de inovação para a indústria estão em andamento. A chamada da Prefeitura de Salvador e da Construtora CIVIL vai selecionar 10 *startups* com projetos de base tecnológica que se propõem a melhorar a vida urbana com uso eficiente e inteligente dos recursos. O edital está em fase de seleção dos inscritos. A chamada da Petrobras Distribuidora também vai selecionar 10 *startups* com competência técnica em tecnologias digitais. O prazo de inscrição se encerrou no último dia 19 de agosto e os primeiros resultados saem em setembro. Finalmente, a Startup Connected (AHK) fechou as inscrições no último 27 de julho e agora está na fase de seleção de *startups* para o programa de aceleração de empresas.

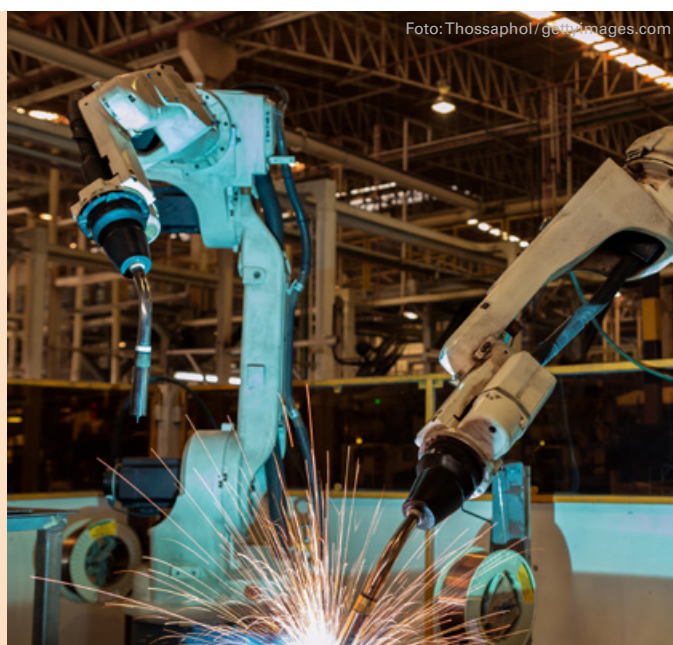


Foto: Thossaphol/gettyimages.com



Foto: Sean Ravone / gettyimages.com

BRASILEIROS E JAPONESES SUGEREM ACORDO COMERCIAL

Durante dois dias, em julho, na cidade de Tóquio, executivos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outros representantes do setor produtivo do Brasil participaram com japoneses de painéis para debater as relações bilaterais, os cenários econômicos dos dois países e os caminhos para o fortalecimento da corrente de comércio nipo-brasileira. Eles entregaram, ainda, aos governos de cada país, propostas para um Acordo de Parceria Econômica entre o país asiático e o Mercosul. Dentre as sugestões está a eliminação das tarifas de importação e exportação em dez anos. Pelo lado brasileiro, o documento defende a eliminação nas tarifas de bens como carne, biodiesel e têxteis. Os japoneses esperam redução nas taxas de carros, autopeças e equipamentos.

JORNADA PEDAGÓGICA DEBATE IMPORTÂNCIA DOCENTE NO ENSINO 4.0

Cerca de 7,5 mil docentes, coordenadores pedagógicos, técnicos e gestores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) participaram da 3ª Jornada Pedagógica Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. O evento ocorreu nos dias 25 e 26 de julho e contou com a participação de importantes nomes da educação nacional e internacional. Durante os dois dias de programação, a jornada promoveu o debate sobre temas relevantes da educação profissional no Brasil e no mundo. A iniciativa permite instituir um espaço para discussão e realização de ações colaborativas voltadas à construção de soluções aos novos desafios impostos à educação profissional, como o papel do docente na formação do estudante.



Foto: Tomaz Silva / Agência Brasil

TELECOMUNICAÇÕES PRECISAM DE REGRAS MAIS MODERNAS

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E O NOVO PADRÃO DE USO DOS CONSUMIDORES FIZERAM DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES, AOS 20 ANOS, UMA LEGISLAÇÃO OBSOLETA



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



No Senado, o presidente Eunício Oliveira indica que pode colocar projeto em votação caso haja pedido de urgência

Aos 20 anos, o atual marco regulatório das telecomunicações envelheceu. As profundas transformações tecnológicas fizeram com que essa legislação estivesse associada ao século passado, tanto no sentido literal quanto simbólico. A oportunidade de modernização das regras de funcionamento do setor depositam-se, hoje, no Projeto de Lei da Câmara nº 79, que altera a Lei Geral de Telecomunicações.

O texto transforma as concessões atuais de telefonia fixa das operadoras em autorizações, em troca de

investimentos em banda larga. O principal ponto do projeto permite a migração dos atuais contratos de concessão para termos de autorização, que flexibilizam a gestão das operadoras, atualmente amarradas a obrigações contratuais.

Caso a nova regra seja aprovada, as concessionárias estarão isentas de fazer investimentos em telefonia fixa e poderão transferir esses recursos para a expansão da internet.

O setor produtivo avalia o projeto como uma chance de destravar mais de R\$ 30 bilhões em investimentos em

banda larga e assim permitir que o Brasil produza na fronteira tecnológica e seja capaz de acompanhar a revolução digital trazida pela indústria 4.0. Sem esses investimentos, as indústrias não conseguirão, por exemplo, digitalizar a cadeia de produção.

Os impactos da aprovação do projeto não serão somente na indústria, mas praticamente em todos os setores da sociedade, passando por educação, saúde, entretenimento, entre outros.

Para se ter uma ideia de como a atual legislação não atende mais às exigências

do mundo contemporâneo, basta comparar o Brasil de 1998, um ano após a sanção da Lei Geral de Telecomunicações, com o período atual. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a soma de telefonia fixa, móvel, TV por assinatura e banda larga fixa, ao final de julho de 2018, correspondeu a algo em torno de 325 milhões de acessos a serviços de telecomunicações. Há exatas duas décadas, em julho de 1998, essa soma era de pouco mais de 28 milhões de acessos.

Desde que foi apresentado, o projeto sofre resistências. Parlamentares de oposição consideram que o texto leva a União a ter prejuízo ao abrir mão de bens atrelados à concessão para a prestação do serviço de

telefonia. Esse patrimônio passaria para as empresas mediante indenização aos cofres públicos.

No início do ano, em fevereiro, na *Mensagem ao Congresso*, o presidente Michel Temer pediu a aprovação do projeto como forma de contribuir para a retomada do crescimento econômico. O texto atual já passou pela Câmara dos Deputados e tramita agora no Senado Federal.

Na base aliada de apoio ao governo no Congresso, entretanto, um impasse trava a tramitação da proposta. O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), senador Otto Alencar (PSD-BA), defende que o projeto seja submetido diretamente ao Plenário da

Casa. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), argumenta que, sem o parecer da CCT, o projeto não pode ser deliberado pelo Plenário.

A matéria chegou a ser aprovada de forma terminativa, em 2016, pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado e foi remetido à sanção do presidente da República. Contudo, um grupo de senadores entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o projeto voltasse à Casa para votação em Plenário. Em 2017, a Corte determinou seu retorno ao Congresso.

Em abril deste ano, Eunício Oliveira remeteu o projeto à CCT com a justificativa de sanar falhas na instrução da matéria. Ao tomar conhecimento da decisão, o senador Otto Alencar informou que não o pautaria na comissão. Eunício Oliveira reafirmou que a matéria fica na CCT até que se tome uma decisão e que não cabe devolução sem parecer.

Entretanto, na última sessão antes do recesso, em 31 de julho, Eunício Oliveira sinalizou que poderia resolver o impasse ao afirmar que o projeto poderá ser analisado diretamente pelo Plenário do Senado caso os senadores decidam apresentar pedido de urgência para sua tramitação. “Não vindo o parecer e tendo um pedido de regime de urgência no Plenário, eu colocarei o requerimento de urgência em votação”, disse.

INVESTIMENTOS

O secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, André Borges, defende a aprovação do projeto como forma de destravar investimentos no setor. “A aprovação do PL 79, com a consequente revisão do Marco Legal das Telecomunicações, é fundamental para o país, mudando os critérios de investimentos, com foco nas necessidades da sociedade, como a expansão das redes de banda larga e o aprimoramento das telecomunicações do país”, afirma.

Segundo o secretário, a partir da aprovação, “será possível a migração das atuais concessões para o regime de

A REVOLUÇÃO NO USO DAS TELECOMUNICAÇÕES



A EXPANSÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM ACESSO AOS SERVIÇOS 3G E 4G

Dados do mês de maio de cada ano



autorização. Com isso, os saldos do Programa Geral de Metas da União (PGMU) poderão ser revertidos em investimentos de infraestrutura de banda larga, o que o marco legal atual não permite”.

Borges explicou, ainda, que o decreto preparado pelo MCTIC para a nova política de telecomunicações reduz exigências e promove a competição. “O ministério finalizou a proposta de decreto que atualiza as políticas públicas de telecomunicações em linha com os objetivos do PL 79, para promover investimentos em redes de telecomunicações de suporte à banda larga. A proposta de decreto foi encaminhada à Casa Civil em maio deste ano”.

Para o presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), Eduardo Levy, “o setor de telecomunicações entende ser urgente

e necessária a aprovação do projeto, permitindo que os investimentos hoje obrigatórios na telefonia fixa sejam destinados à ampliação do acesso à internet no país. O Brasil precisa

“O Brasil precisa dessa mudança para garantir mais internet à população, mais empregos e mais investimentos”

Eduardo Levy, presidente da Febratel

dessa mudança para garantir mais internet à população, mais empregos e mais investimentos, com forte impacto no crescimento socioeconômico e na geração de renda”.

Juarez Quadros, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), questiona a manutenção do atual modelo. Segundo ele, é necessário adequar o marco legal em vigor às novas exigências do mercado. “Uma agenda pública, bem estruturada, envolvendo Executivo e Legislativo, precisa discutir a questão, pois não dá mais para manter o modelo separando a telefonia fixa dos demais serviços de telecomunicações. O acesso ao telefone, essencial no passado, requer, agora, o acesso à banda larga”, afirmou.

O novo marco regulatório das telecomunicações também ganhou espaço no debate eleitoral. Na sabatina que realizou com os candidatos à Presidência da República, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu prioridade na aprovação do projeto.

Reunião em Bruxelas revelou falta de interesse dos europeus em se aproximar do Mercosul



Foto: vichie81/gettyimages.com

SEM ACORDO COM A EUROPA

PASSADAS DUAS DÉCADAS, MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA FRACASSAM MAIS UMA VEZ NA TENTATIVA DE FIRMAR UM ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE OS DOIS BLOCOS

Frustração é a palavra que melhor define o resultado da rodada de Bruxelas nas já longas negociações entre o Mercosul e a União Europeia para um acordo de livre comércio. Mais uma vez, os representantes dos blocos não conseguiram finalizar as tratativas. “É muito ruim que depois de 20 anos o acordo ainda não esteja concluído”, diz o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. “Torço pela conclusão das negociações, mas depois de tantos anúncios que não se concretizaram, fica difícil acreditar que os blocos cheguem a um consenso”.

Segundo Castro, o cenário em torno das negociações ganha uma dificuldade adicional com a reaproximação entre Estados Unidos e União Europeia. No final de julho, o chefe da União Europeia, Jean-Claude Juncker, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciaram um acordo para iniciar negociações rumo a um ambiente comercial com tarifa zero.

Em setembro haverá uma nova reunião do Mercosul com a UE. Entretanto, apesar do discurso positivo do governo brasileiro, as perspectivas não são favoráveis.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou posicionamento público em que afirma que os dois blocos perderam uma oportunidade estratégica ao não celebrarem um acordo político, sobretudo pela pouca flexibilidade do bloco europeu.

Segundo a CNI, a indústria brasileira, assim como seus parceiros do Mercosul,

De acordo com o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, “a União Europeia não demonstrou a flexibilidade necessária e apenas apresentou propostas e demandas antigas. Na visão da indústria, os europeus estão perdendo uma oportunidade estratégica num momento em que o populismo e o protecionismo estão crescendo no mundo”.

Representante de um dos principais setores exportadores, o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, defendeu a conclusão do acordo e fez ressalvas ao comportamento da União Europeia nas negociações.

“O acordo é importante, mas é preciso que a União Europeia mantenha a integridade comercial em suas tratativas, e não submeta os países do Mercosul a nuances protecionistas. Queremos um

acordo equilibrado, que permita ganhos aos dois blocos. Por isso, é primordial ter transparência e equidade, permitindo a perpetuação e a ampliação de relações comerciais que gerarão benefícios a todas as nações envolvidas”, diz o presidente da ABPA.

“Na visão da indústria, os europeus estão perdendo uma oportunidade estratégica em um momento em que o populismo e o protecionismo estão crescendo no mundo”

Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

esteve muito engajada e flexível nas negociações em torno de um entendimento com a UE e considera que o fechamento de um acordo de livre-comércio entre os dois blocos é fundamental para garantir uma maior integração internacional do setor produtivo brasileiro.

A CONTA DA GREVE NAS ESTRADAS

INDÚSTRIA BRASILEIRA REGISTRA PREJUÍZOS COM A PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS, O QUE ATRASA A RETOMADA DO CRESCIMENTO E TRAZ PESSIMISMO SOBRE O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

IBGE mostrou queda de 2,5% na produção da indústria nacional durante o segundo trimestre do ano

OS EFEITOS DA GREVE DOS CAMINHONEIROS NA ECONOMIA

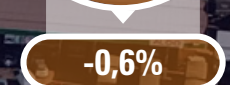
Dados de maio de 2018

INDÚSTRIA



-10,9%

COMÉRCIO



-0,6%

SERVIÇOS



-3,8%

Fonte: IBGE

Três meses após o fim da greve dos caminhoneiros, o país começa a ter uma noção mais exata dos prejuízos causados pelo movimento. O efeito imediato foi a conta repassada ao Tesouro Nacional em decorrência das concessões feitas pelo governo federal ao movimento grevista. Somente a redução de R\$ 0,46 no litro do diesel causou um impacto de R\$ 9,5 bilhões aos cofres públicos.

Além do rombo nas contas, uma série de indicadores divulgados recentemente confirma os efeitos negativos sobre a atividade econômica. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra uma queda de 2,5% na produção industrial do segundo trimestre do ano em relação ao primeiro. Os impactos sobre o abastecimento de insumos contribuíram para o resultado negativo.

No mês de maio, o setor industrial já havia registrado a segunda maior queda mensal da série histórica, de 11%. Também em maio, as vendas do comércio varejista registraram queda de 0,6%, primeiro resultado negativo em 2018. No mesmo período, o setor de serviços registrou retração de 3,8%. A greve também teve impacto no custo de vida. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,26% em junho, registrando alta em relação aos 0,4% de maio.

“A recuperação da atividade industrial já era lenta e o quadro geral piorou no segundo trimestre”, diz o gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castello Branco. Segundo ele, há uma preocupação no setor produtivo sobre os desdobramentos da greve, como a intervenção no livre mercado e na concorrência decorrente da tabela de fretes mínimos, que

acarreta incerteza jurídica e aumento de custos na economia.

Para o economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, a queda da atividade em maio foi muito relevante. Segundo ele, o efeito da greve foi muito negativo, principalmente na confiança dos empresários e na redução da projeção de crescimento.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda realizou um estudo para avaliar o prejuízo que a paralisação dos caminhoneiros causou à economia do país. O estudo aponta um impacto negativo de cerca de R\$ 15,9 bilhões, aproximadamente 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Nishida argumenta, ainda, que as soluções adotadas para resolver a greve não foram as mais adequadas e diz que questões como o tabelamento do frete e o reajuste do diesel terão que ser enfrentadas pelo próximo presidente logo nos primeiros dias da nova gestão.

JUSTIÇA
ELEITORAL



CABINA DE
VOTAÇÃO



A REPÚBLICA DOS INDECISOS

O ELEITOR BRASILEIRO ESTÁ DESILUDIDO E AINDA NÃO SABE EM QUEM VOTAR,
MAS ACREDITA NO PODER DE SEU VOTO PARA MUDAR O PAÍS PARA MELHOR

A menos de dois meses das eleições, seis em cada dez brasileiros não sabem quem gostariam de eleger para presidente da República ou declaram que pretendem anular o voto ou votar em branco. Se pudessem não votar, dois terços do eleitorado não sairiam de casa para ir às urnas este ano. O cenário de indefinição sobre quem governante o eleitor gostaria de ver no Palácio do Planalto não para por aí: 73% daqueles que indicam um candidato de preferência admitem a chance de mudar opinião até o primeiro turno, em 7 de outubro.

O humor e as percepções da população em relação à corrida presidencial foram tema da pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira: Eleições 2018*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no início de agosto. De modo geral, a população se mostra desinteressada com o pleito. Os 59% do eleitorado

que declaram não terem candidato ou pretendem votar em branco ou nulo representam o percentual mais elevado das últimas cinco eleições, considerando as respostas espontâneas dos entrevistados.

Ao mesmo tempo, o brasileiro tem consciência do poder de seu voto para trazer melhoras para o país. Dentre os 2 mil entrevistados, 70% acreditam totalmente ou em parte na afirmação de que o pleito tem potencial de mudar o Brasil para melhor. Na contramão, o pessimismo é grande, com 45% dos entrevistados se dizendo pessimistas ou muito pessimistas com a corrida presidencial de 2018. As principais razões do desânimo são a corrupção, a perda de confiança no governo e nos candidatos e a falta de opções entre os concorrentes.

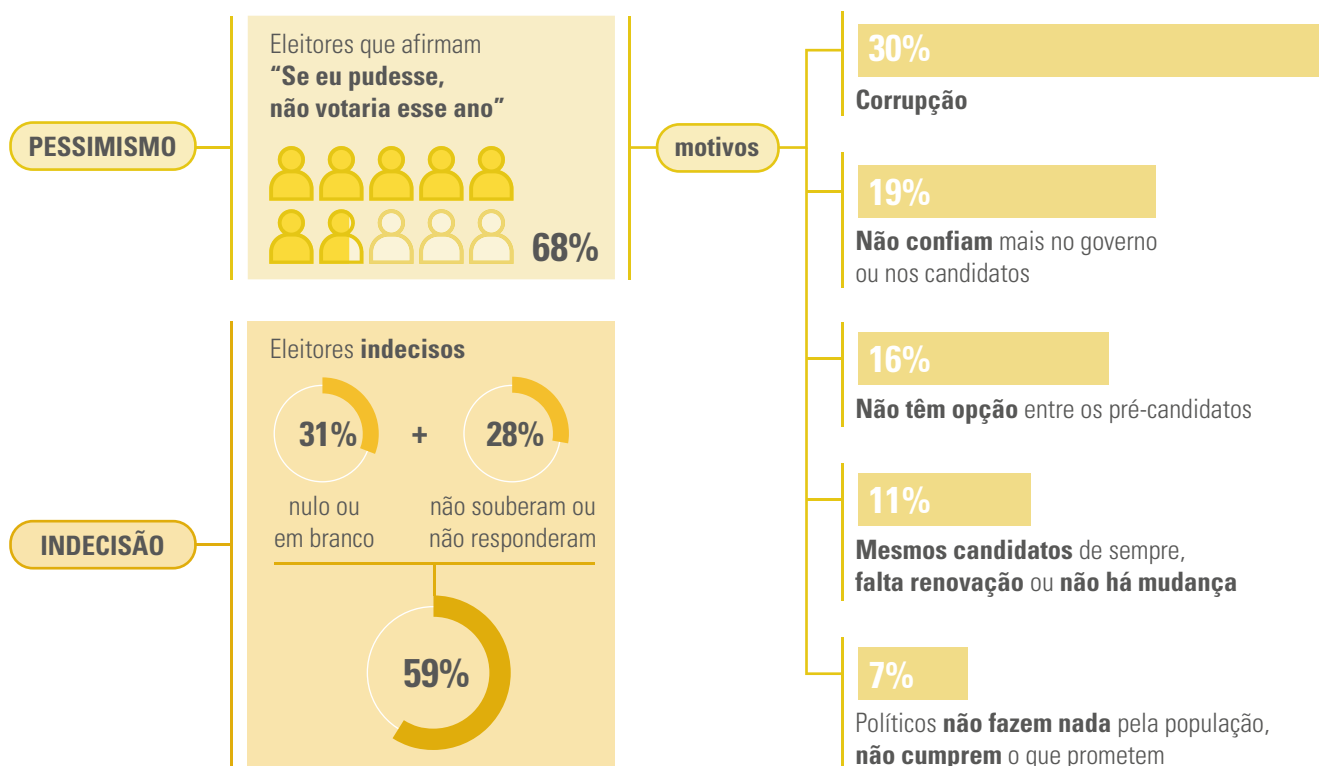
“Por mais que o brasileiro confie nas eleições, ele está pessimista porque não está conseguindo encontrar o candidato ideal. Isso gera um número muito grande

de eleitores querendo votar em branco, como também os eleitores que já escolheram um candidato deixaram a porta aberta para uma mudança”, analisa o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

A pesquisa mostra também que, na tentativa de definir o seu voto, o eleitor brasileiro buscará informações nos meios tradicionais de comunicação: 71% dos entrevistados recorrerão a pelo menos um meio convencional (televisão, rádio, jornais e revistas impressas) para encontrar notícias sobre candidatos e suas propostas. Esse percentual chega a 84% quando se somam os jornais e os portais de internet. O dado mostra que essa predileção se dá em detrimento de novos meios de informação. Redes sociais e blogs serão utilizados por 26% dos eleitores, embora apenas 5% afirmem que as redes sociais serão sua fonte exclusiva.

BLOCO DOS INDECISOS E PESSIMISTAS

Elevado pessimismo contribui para a indecisão e para a baixa disposição do brasileiro em votar em 2018. Conheça os cinco principais motivos



Estimativas para 2018 reduzidas

Perda de confiança e período eleitoral impactam alta do PIB

PREVISÕES	EM ABRIL/2018	EM JULHO/2018
 PIB	2,6%	1,6%
 PIB industrial	3,0%	1,8%
 Desemprego	11,8%	12,4%
 Consumo das famílias	2,8%	2,0%
 Inflação	3,7%	4,2%
 Juros (Selic)	6,25%	6,5%
 Câmbio (Média ano)	R\$ 3,35	R\$ 3,63

ABALO NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Os tropeços recentes na condução da economia e as incertezas decorrentes do processo eleitoral afetaram o desempenho econômico do Brasil, neste ano. O estudo *Informe Conjuntural* de julho reduziu as principais projeções para a economia, em relação à edição de abril. A estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, caiu de 2,6% para 1,6%. Já o PIB industrial deve se expandir em 1,8%, menos do que os 3% previstos anteriormente. O documento apontou que a greve dos caminhoneiros, em maio, afetou o ritmo de recuperação da economia, que já era aquém do esperado.

Fonte: Informe Conjuntural – Ano 34 – Número 2 – Abril/Junho 2018

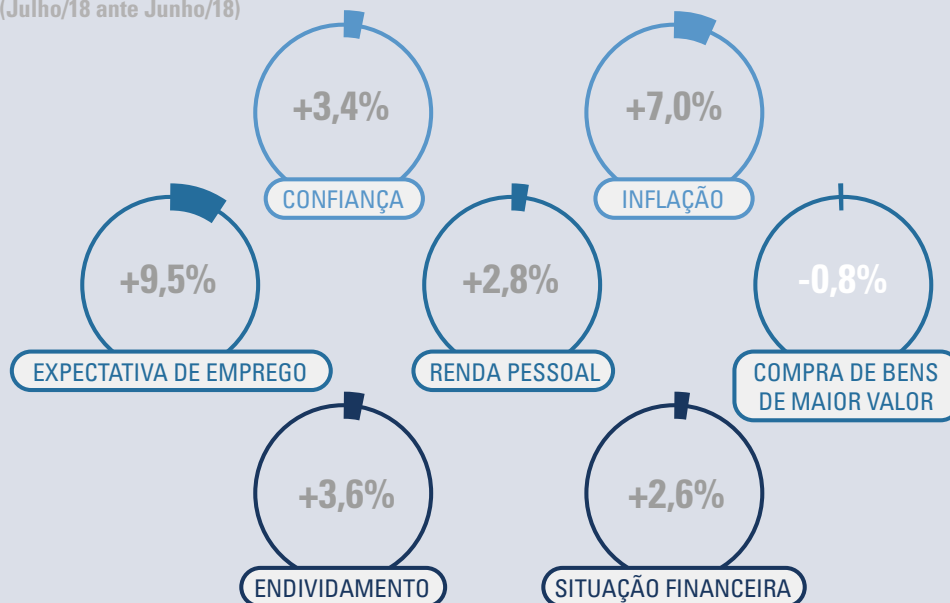
CONSUMIDOR RECUPERA PARTE DA CONFIANÇA

O consumidor brasileiro está mais confiante, mas ainda reluta em se comprometer com despesas de maior valor. Em julho, o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) registrou 101,6 pontos, alta de 3,4% em relação ao mês anterior. A retomada é positiva, mas insuficiente para reverter a queda de 3,8% de junho, frente a maio, e para superar a média histórica, de 107,8 pontos. A cautela do consumidor pode ser observada pelo indicador de compras de maior valor, que caiu 0,8% ante junho. Na contramão, houve melhora nas expectativas em relação aos demais componentes do INEC.

Meio passo

Componentes do INEC melhoram, mas não sustentam retomada da economia

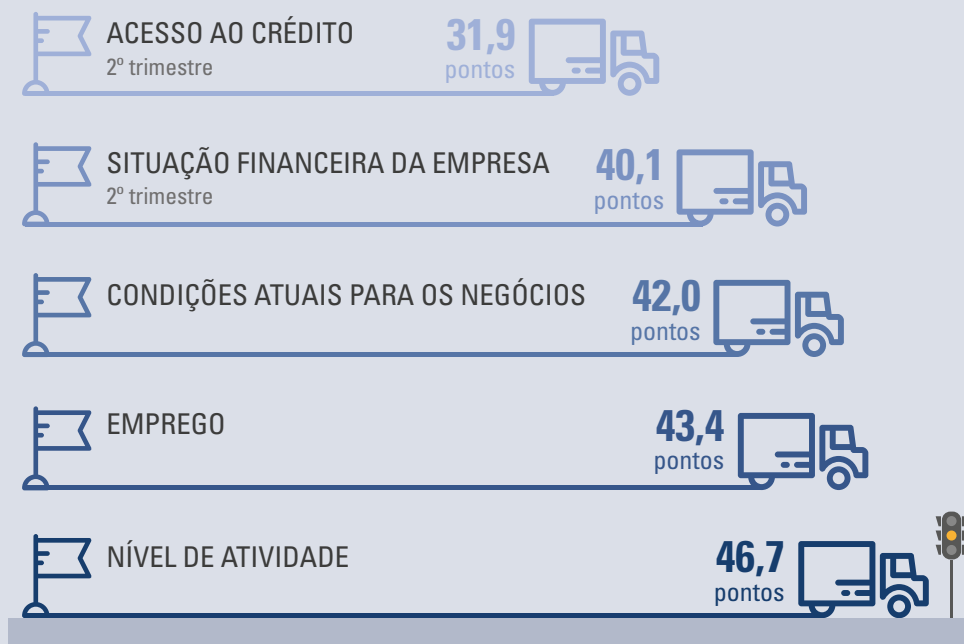
VARIAÇÃO DAS EXPECTATIVAS POSITIVAS EM RELAÇÃO A DIFERENTES INDICADORES (Julho/18 ante Junho/18)



Fonte: INEC – Ano 20 – Número 7 – Julho 2018

Riscos e dificuldades no caminho da retomada

Valores abaixo de 50 pontos indicam percepção negativa em relação ao indicador



INCERTEZAS AFETAM RECUPERAÇÃO NO SETOR DE OBRAS

A indústria da construção segue enfrentando dificuldades e incertezas para voltar a crescer. Segundo a *Sondagem Indústria da Construção*, o nível de atividade do setor ficou em 46,7 pontos em junho, apontando novo recuo, embora menos intenso frente ao mês anterior – índices abaixo da linha divisória de 50 pontos indicam retração da atividade. O *Índice de Condições Atuais*, que avalia as condições correntes dos negócios, avançou 0,9 ponto, mas está em apenas 42,0 pontos, indicando percepção de piora no setor para os próximos seis meses.

Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 6 – Junho 2018

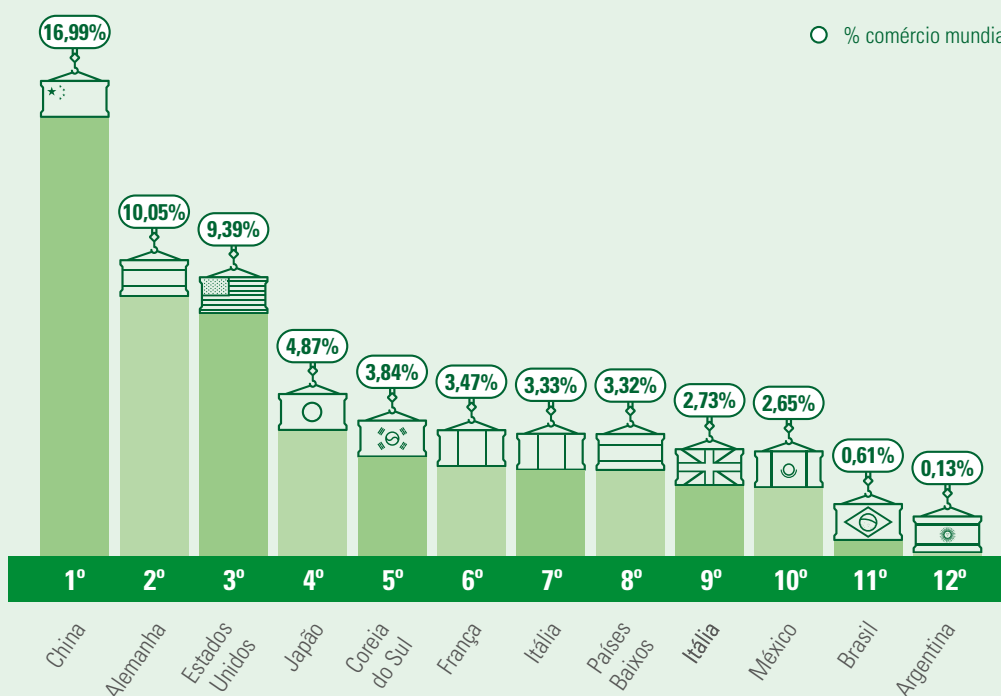
AINDA MUITO LÁ ATRÁS

A participação de produtos industrializados brasileiros no comércio mundial subiu de 0,59%, em 2015, para 0,61%, em 2016. Segundo o estudo *Desempenho da Indústria no Mundo*, o crescimento do Brasil no mercado externo – o primeiro desde 2012 – é um reflexo do aumento da competitividade de produtos nacionais, que ganhou impulso com a desvalorização do real frente ao dólar. Apesar do avanço, o dado acende alertas. O percentual de 2016 é 0,19 p.p. inferior à parcela de dez anos antes e o desempenho brasileiro é muito inferior ao de dez de seus maiores parceiros comerciais.

Exportações brasileiras ainda são pequenas frente a outras grandes economias

Longe das potências

○ % comércio mundial



Fonte: Desempenho da Indústria no Mundo – Ano 2 – Número 1 – Julho 2018

INDÚSTRIA DE ALAGOAS PARTICIPA DA MAIOR FEIRA DE ALIMENTOS DO MUNDO

A Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN), apoiou a ida da Zebu Minas Congelados para a *Summer Fancy Food*, em Nova York. Trata-se da principal feira de alimentos e bebidas da América do Norte, que ocorreu entre os dias 29 de junho e 4 de julho. A Zebu somou-se a empresas de outros estados brasileiros que integraram a delegação nacional. Elas fizeram visitas técnicas e guiadas à feira, participaram de seminário sobre como fazer negócios e acessar o mercado de alimentos e bebidas dos Estados Unidos e integraram o catálogo oficial da missão.

Foto: spyarm/gettyimages.com

Foto: Jânio Holanda/ASCOM/FIEPI

SESI DO PIAUÍ TREINA TRABALHO EM ALTURA

O Serviço Social da Indústria do Piauí (SESI-PI) realizou, no último dia 16 de julho, treinamento com colaboradores da Eletrobras para trabalho em altura. Trabalhadores da estatal participaram da ação que ensina como o serviço deve ser executado para evitar acidentes de trabalho. O curso durou oito horas e contou com aulas práticas de acordo com as orientações da norma regulamentadora (NR) nº 35 do Ministério do Trabalho, que é aplicada ao sistema elétrico de potência. Foram passadas, também, informações sobre o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).



EMPRESÁRIOS DO CEARÁ DISCUTEM MUDANÇAS NA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu diversas consultas públicas para atualizar a Resolução Normativa nº 482 de 2012, que dispõe sobre geração distribuída — pontos de geração de energia mais próximos dos consumidores. As discussões devem durar até 2019. Por isso, as possíveis alterações foram tema de uma reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), no último dia 27 de julho. Durante o encontro, foi apresentada uma compilação do que já foi submetido pelos principais atores do setor. A primeira etapa da consulta na agência se encerrou no último dia 17 de julho, quando os interessados em participar puderam responder a um questionário de 16 perguntas, disponível no site da Aneel, sobre o cenário atual do setor. Ao todo, 89 respostas foram cadastradas, sendo 8% delas do Ceará.



Foto: Toni Francis / G1

RONDÔNIA SEDIA PRIMEIRA CAMPUS PARTY DA REGIÃO NORTE DO PAÍS

O SESI Clube da Avenida Rio de Janeiro, em Porto Velho, recebeu, na primeira semana de agosto, a edição inaugural da *Campus Party* na Região Norte do Brasil. A Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) aproveitou a oportunidade para apresentar aos assistentes os serviços de educação profissional, educação básica e robótica, promoção da saúde, capacitação empresarial e estágio. Além disso, especialistas da entidade ministraram três palestras sobre indústria 4.0, Internet das Coisas e lucratividade com inovações disruptivas. Segundo a organização da *Campus Party*, um dos principais eventos de tecnologia do mundo, o evento pretendeu integrar a Amazônia ao mundo digital.

INDÚSTRIA DO ACRE TERÁ BOLETIM COM INDICADORES DA PRODUÇÃO FLORESTAL

Para fortalecer a indústria de base florestal do Acre — uma das mais atuantes da região —, o Fórum Permanente de Desenvolvimento do estado propôs a criação do *Boletim Informativo de Produção Florestal*. O periódico trará indicadores de parâmetros de custos, receitas, preços de mercado, operação florestal e industrial, valores para obtenção de certificação e outras informações relevantes para o setor. A periodicidade deverá ser semestral. A proposta foi apresentada no último dia 20 de julho por representantes do Fórum e foi bem aceita pelo setor produtivo.

Foto: lekkyjustdoit/gettyimages.com

FEDERAÇÃO ALEMÃ DEFENDE AÇÃO DA UE CONTRA OS EUA

Continua grande a repercussão internacional da conduta comercial americana. O presidente da Federação das Indústrias Alemãs, Dieter Kempf, pediu a extinção das tarifas protecionistas impostas pelos Estados Unidos e exigiu postura firme da União Europeia em defesa da economia do continente. Kempf espera que o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, deixe claro ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que o continente não aceita políticas econômicas unilaterais e que os conflitos devem ser resolvidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). "A Europa não deve permitir ser chantageada", enfatizou. Ele lembrou que a indústria automobilística alemã, por exemplo, gera 118 mil empregos nos EUA e que 60% da produção dos carros alemães é exportada a partir do país americano.

CHILE PLANEJA A FORMAÇÃO DA MÃO DE OBRA DA INDÚSTRIA 4.0

A Associação Chilena de Empresas de Tecnologia de Informação (ACTI) elaborou o Plano Nacional Capital Humano Indústria 4.0, com o objetivo de direcionar a formação de mão de obra para a indústria 4.0 até 2022. O roteiro inclui quatro eixos temáticos: levantamento de informações; educação e formação; mundo trabalhista; e disseminação e colaboração. Para cada um desses eixos foram definidas linhas específicas de ação. O plano busca preparar as gerações futuras, as mulheres, a geração nem-nem ("nem trabalha, nem estuda") e ainda profissionais que querem mudar de carreira.



Foto: Drazen_/gettyimages.com

ATIVIDADE INDUSTRIAL ARGENTINA CAI EM MAIO E TENDÊNCIA É DE DESACELERAÇÃO

O centro de estudos da União Industrial Argentina (UIA) registrou queda de 1,9% na produção industrial do país no mês de maio em relação ao mesmo período do ano anterior. Embora o índice negativo ainda não tenha impactado o resultado dos primeiros cinco meses do ano, que registra crescimento de 2,4%, a análise da entidade argentina é que a tendência é de desaceleração. Para a UIA, o freio do setor de construção, a seca que atingiu a agropecuária, o aumento no custo do crédito e o desaquecimento da economia tendem a frear a produção manufaturada do país.



Foto: lamontak590623/gettyimages.com

Foto: ToppoBaker/gettyimages.com



INDÚSTRIA AUSTRALIANA FAZ ANÁLISE DA CRISE ENERGÉTICA

O Grupo Industrial Australiano divulgou, no mês de julho, relatório sobre a situação energética do país. De acordo com o documento, o panorama é melhor do que no ano passado. Entretanto, a Austrália ainda passa por uma grave crise energética graças à forte dependência do gás. A alta procura pelo recurso o encarece e prejudica a produção industrial, principalmente no leste australiano. Dessa forma, a saída é procurar alternativas para atender às oscilações na oferta, como por exemplo, hidrelétricas. Para isso, o relatório sugere mais planejamento na estrutura energética no país.

SETOR PRODUTIVO DOS EUA PEDE À CASA BRANCA FIM DA GUERRA COMERCIAL

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos se posicionou contra o desenlace de uma guerra comercial global. Para a entidade, a melhor maneira de fortalecer a indústria e outros setores é evitar confrontos. Um artigo do vice-presidente executivo e diretor de políticas da entidade, Neil Bradley, diz que milhares de empresas americanas estão encontrando dificuldades para vender produtos no exterior devido aos conflitos comerciais. No texto, Bradley usa o caso da agricultura para ilustrar que o setor produtivo americano quer fazer comércio e não precisa de auxílio estatal. O governo propôs, na última semana de julho, gastar até US\$ 12 bilhões para compensar o setor agropecuário. A Câmara de Comércio defende que a Casa Branca aponte soluções reais para abrir novos mercados e reverter as altas tarifas.



Foto: JTSorrell/gettyimages.com

É grande o grau de atenção da indústria brasileira ao tema da segurança e saúde do trabalhador e essa preocupação deve aumentar nos próximos anos, diz pesquisa do Sesi



Foto: Morsa Images/gettyimages.com

CADA DIA MAIS SEGURO E SAUDÁVEL

INICIATIVAS DO SESI, COMO O VIVA+ E OS CENTROS DE INOVAÇÃO, TÊM AJUDADO EMPRESAS A REDUZIREM O NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO NO PAÍS; QUEDA EM ALGUNS SETORES DA INDÚSTRIA É SUPERIOR A 40% EM 10 ANOS

Alguns avanços são ruidosos. Outros, silenciosos. É o caso da expressiva redução nos acidentes de trabalho no país durante os últimos dez anos. Os dados mais recentes da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda apontam queda de 12,21% entre 2007 e 2016, em todos os segmentos econômicos. O registro anual caiu de 659 mil para 578 mil. A indústria foi um importante vetor nesse bom desempenho. Em algumas atividades industriais como a indústria de transformação, a quantidade de acidentes caiu 40,9%. Na extrativista, a redução foi de 33,6%.

Essa realidade mostra a crescente preocupação das empresas brasileiras com o bem-estar dos funcionários e a segurança no trabalho. Além de atender

aos quesitos legais, o cuidado com a saúde do trabalhador traz benefícios à companhia, como redução de faltas, diminuição de custos e maior eficiência na atividade econômica. No segmento industrial, o tema também vem ganhando relevância dentro das corporações. A mais recente pesquisa feita pelo Serviço Social da Indústria (SESI) mostra que 71,6% das indústrias estão dando prioridade à gestão de segurança e saúde dos trabalhadores. Na opinião de 76,4% dos entrevistados, o grau de atenção da indústria brasileira com o tema deve aumentar nos próximos anos.

Para atender à preocupação dos empresários da indústria com a saúde e a segurança do trabalhador, o SESI tem sido um importante aliado, com mais de 5 milhões de atendimentos por ano.

A mineradora Vale é uma das parceiras nessa tarefa. Em 2017, iniciou o *Projeto de Gestão de Absenteísmo*, com o objetivo de prevenir a incapacidade para o trabalho com foco nos transtornos mentais e comportamentais e nas doenças osteomusculares.

O projeto conta com uma equipe multidisciplinar, envolvendo as áreas de saúde e recursos humanos, além de gestores. "O SESI tem uma gama de serviços e profissionais com alto conhecimento técnico para apoiar as empresas", afirma Katya Câmara, especialista em Saúde da Vale.

SESI VIVA+

Em junho deste ano, o SESI lançou mais uma novidade para ajudar a indústria: a plataforma multifuncional SESI

Viva+. Essa ferramenta pode ser encontrada tanto na web quanto em aplicativo para celular e há versões para o empregado e o empregador. Um dos principais objetivos do serviço é facilitar o acesso a informações e auxiliar os gestores na tomada de decisões sobre investimentos em Segurança e Saúde dos Trabalhadores (SST) das indústrias e prevenção de risco de acidentes. “O Sesi *Viva+* vai possibilitar mais inteligência na gestão e ajudar empresas a construir políticas e programas com maior efetividade”, explica Emmanuel Lacerda, gerente-executivo de Saúde e Segurança na Indústria do Sesi.

O canal reúne um conjunto de ferramentas como redes sociais para interação entre empresa e empregados. Nesses espaços, há trocas de experiências, dicas e notificações importantes, como de campanhas de saúde que mobilizam toda a empresa. As indústrias também podem usar a plataforma para armazenar e compartilhar com trabalhadores conteúdos técnicos de segurança e saúde no trabalho, como políticas da empresa, procedimentos, informes diários de segurança, vídeos de capa-

citação e sensibilização e informações sobre campanhas.

Com o Sesi *Viva+*, a empresa pode desenvolver modelos para identificação e monitoramento de trabalhadores com doenças crônicas. “Por exemplo, a partir de dados obtidos pelo Sesi *Viva+*, a empresa vai perceber que a população de trabalhadores com colesterol alto está grande e poderá fazer uma campanha para tentar mudar hábitos alimentares”, exemplifica Emmanuel.

Apenas o funcionário e o médico de segurança do trabalho terão acesso às informações individuais. Para elaboração dos programas e acompanhamento, o gestor da empresa terá, em mãos, apenas conteúdos gerais.

CENTROS DE INOVAÇÃO

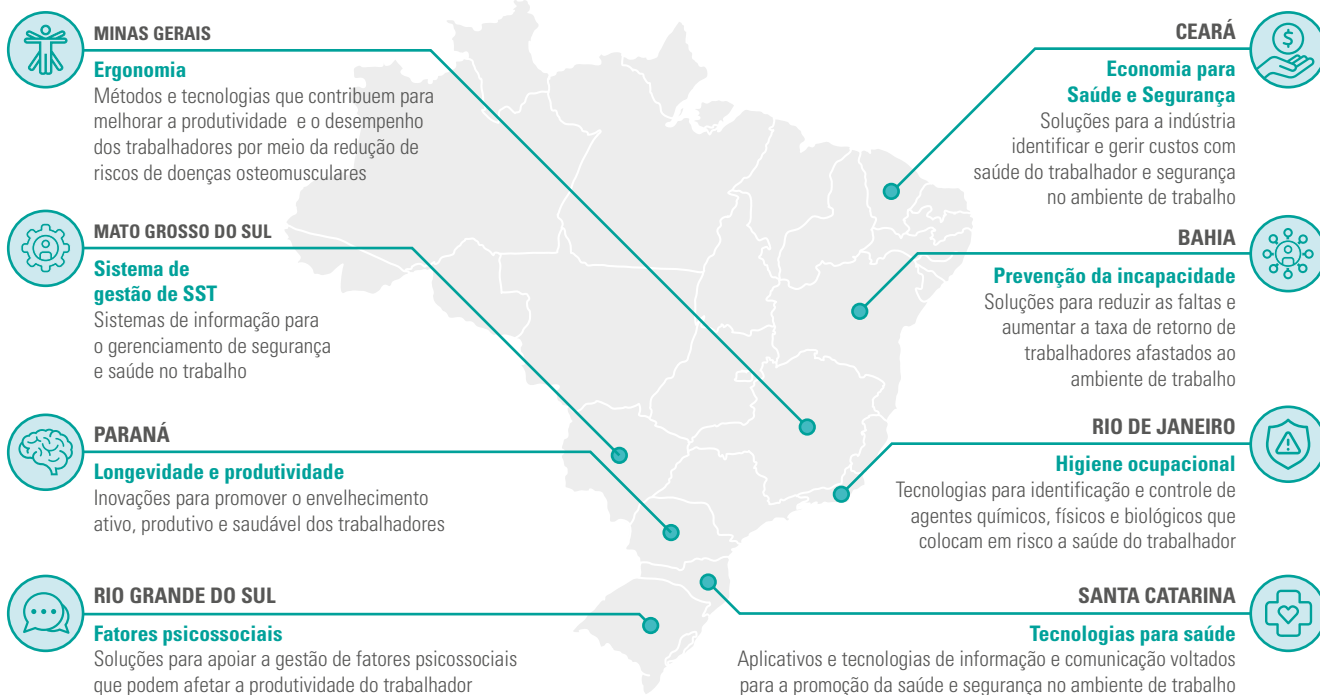
O Sesi conta com oito centros de inovação espalhados pelo Brasil, com diferentes temáticas para atender à demanda da indústria nacional na área de saúde e segurança do trabalhador. No Ceará, a propósito, fica o centro de economia para a saúde e segurança. No Rio de Janeiro, o centro é o de higiene ocupacional. Em Santa Catarina,

está instalado o espaço de tecnologias para saúde.

A Pirelli é uma das empresas que resolveu investir na saúde do trabalhador e tem o Sesi como parceiro. Nas fábricas, além das equipes de SST, a administração incorporou outras rotinas, como uma campanha de imunização contra o vírus da gripe, com 70% de adesão entre os colaboradores. “Contamos com a parceria do Sesi nas campanhas de vacinação nas nossas plantas, nas rotinas de reabilitação nos centros disponibilizados e em serviços odontológicos com índices de atendimento excelentes”, afirma Alexandre Toscano, gerente médico da Pirelli.

Além disso, o grupo criou um programa de apoio do fim do uso do tabaco. Ricardo Tinoco, gerente de *business intelligence* da Pirelli, é um dos participantes. Ele conta que, depois de 25 anos fumando, em média, um maço de cigarro por dia, resolveu largar o vício após detectar, em exames preventivos, sinais de comprometimento nos pulmões. “O apoio da equipe médica foi fundamental para minha adesão, continuação do tratamento e sucesso em parar de fumar”, afirma.

ONDE FICAM E O QUE FAZEM OS CENTROS DE INOVAÇÃO SESI



SESI viva+

MAIS INTELIGÊNCIA.
MAIS SAÚDE.
MAIS RESULTADOS.

**CONTE COM UMA
PLATAFORMA COMPLETA
EM GESTÃO DE SST.**

Problemas relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho trazem muitas despesas para a indústria. Pensando nisso, o SESI criou uma plataforma digital para a gestão de programas e serviços voltados para a saúde e segurança na indústria: o **SESI Viva+**. É a solução completa para sua empresa reduzir gastos com despesas legais e aumentar o rendimento da equipe. Tudo isso de maneira totalmente integrada com as novas regras do **eSocial**.

Conheça o **SESI Viva+**.
A plataforma que sua empresa precisa para reduzir os custos e aumentar os resultados.

SAIBA MAIS EM:

 sesivivamais.com.br

 0800 0713010

 atendimento@sesivivamais.com.br

 /SESINacional

 /company/sesi-nacional

 /sesi

 **SESI**
Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA